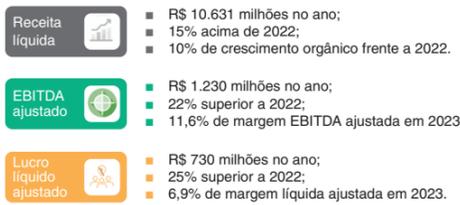


GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30
Relatório da Administração

São Paulo, 5 de março de 2024 – A GPS Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”) em conjunto com suas controladas (“Grupo GPS”) anunciam seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Sobre o Grupo GPS O Grupo GPS é líder no setor de serviços terceirizados – facilities, segurança, logística indoor, engenharia de utilidades, serviços industriais, alimentação, mão de obra temporária, field marketing e serviços de infraestrutura. Atuamos em todo o Brasil com um abrangente portfólio de soluções, servindo a 4.345* Clientes e contando com mais de 147 mil colaboradores diretos. Com mais de 60 anos de atuação, seguimos em um processo constante e robusto de crescimento, sustentado por um modelo de negócio ágil e sólidos princípios de gestão empresarial. Nossa estratégia de crescimento combina a vertical orgânica, focada no desenvolvimento de novos Clientes e na ampliação dos serviços e soluções junto à base atual de Clientes, com a vertical inorgânica, através da aquisição e integração de empresas que favoreçam o ganho de escala e a maior penetração em regiões ou serviços convergentes com o nosso modelo de gestão empresarial.

1. Destaques de 2023



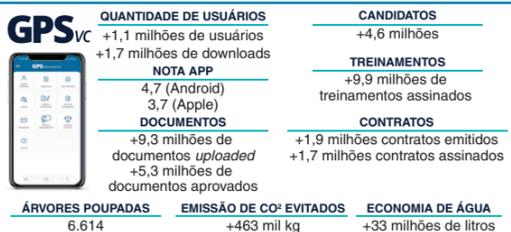
* Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas TSV, Campseg, Trademark, Lyon, Invictus, Control e Marfood. No ano de 2023, mantivemos o ritmo de expansão de receita orgânica através da conquista de novos contratos e novos Clientes. Concluímos a integração de sistemas da Engie Serviços e Facilities, Compart, TSV e Campseg, sendo essas duas últimas em janeiro de 2024, e iniciamos a integração da Trademark, que será finalizada no 2T24. As aquisições da Lyon, Control, Invictus e Marfood foram concluídas entre 15 de janeiro e 09 de fevereiro de 2024. As quatro companhias estão em fase de integração de sistemas e serão plenamente consideradas nos resultados do Grupo GPS a partir do 1T24.

2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes

Somos uma equipe de mais de 147 mil* colaboradores diretos, servindo a 4.345* Clientes em todo o território nacional. Nossos 508* gerentes de contrato estão concentrados na entrega dos serviços e no aprimoramento do relacionamento com os nossos Clientes, visando assegurar um elevado nível de satisfação. Este compromisso é refletido em nosso Índice de 71% de NPS*, apurado até 31 de dezembro de 2023, sendo importante ressaltar que essa pesquisa é atualizada semestralmente.



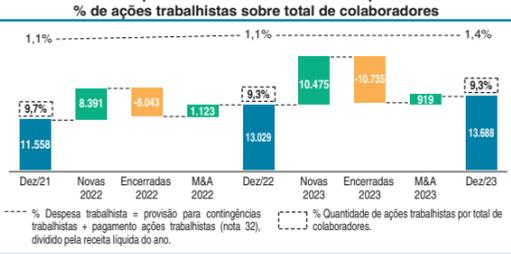
* Os números de colaboradores, Clientes e gerentes de contrato não consideram as empresas TSV, Campseg, Trademark, Lyon, Invictus, Control e Marfood. Estamos continuamente concentrados em aperfeiçoar nosso modelo de gestão e promover o desenvolvimento de nossos colaboradores, fortalecendo, assim, nossa cultura de empreendimento. Para alcançar esse objetivo, priorizamos a capacitação das nossas equipes e a atração e retenção de profissionais comprometidos com o “espírito de servir” aos nossos Clientes. Uma ferramenta essencial para atingir essa missão é o nosso aplicativo de gestão de pessoas – GPSvc. Por meio dele, garantimos que o treinamento das equipes esteja sempre atualizado e frequente, somos capazes de atrair e recrutar profissionais que sustentem a expansão de nossos contratos e, proporcionamos a cada colaborador o controle e a gestão do seu dia a dia na “palma da mão”. Ao adotar essa estratégia de digitalização, reforçamos nosso compromisso com o uso consciente dos recursos naturais e contribuímos para a economia de uso de papel. Essa iniciativa não apenas moderniza nossas práticas, mas também demonstra nosso foco em eficiência operacional e sustentabilidade.



* Base dezembro/23

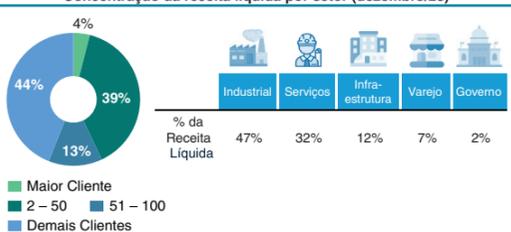
* Cada 10 mil folhas A4 = 1 árvore; 1 folha A4 = emissão de cerca de 0,007KG de CO2 e consumo de cerca de 0,5 litros de água. Monitoramos continuamente o risco trabalhista, reconhecendo sua importância tanto para a continuidade dos nossos negócios como para a segurança empresarial dos nossos Clientes. Assegurar boas práticas de gestão nos permite manter nossa despesa trabalhista* sob controle. No decorrer de 2023 tivemos o impacto de várias ações originadas de empresas adquiridas, o que elevou a despesa trabalhista* para 1,4% da receita líquida. * Despesa trabalhista = provisão para contingências trabalhistas + pagamento ações trabalhistas (nota 32 da DF).

% Despesa trabalhista* sobre receita líquida e % de ações trabalhistas sobre total de colaboradores



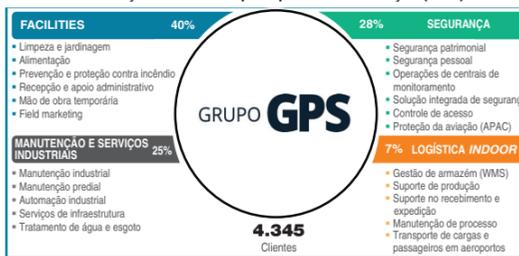
Nossa base de Clientes se mantém bastante diversificada e com baixo nível de concentração de receita.

Concentração da receita líquida por # de Clientes (2023)



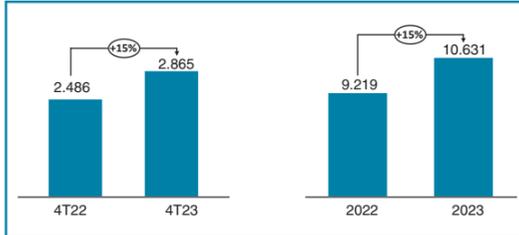
Temos evoluído cada vez mais para um conceito “one stop shop” em serviços, alinhado com a nossa estratégia de construir relações duradouras e consistentes com nossos Clientes. Ao oferecer ao Cliente várias soluções, aprofundamos nossa relação comercial e operacional e criamos oportunidades variadas de crescimento dentro da nossa própria carteira de Clientes.

Distribuição de receita líquida por linha de solução (2023)



3. Receita líquida

Receita líquida no 4T23 de R\$ 2.865 milhões, 15% superior à receita do 4T22; Receita Líquida no ano de 2023 de R\$ 10.631 milhões, 15% superior à receita de 2022. Os gráficos abaixo apresentam a evolução da receita líquida trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



No 4T23, mantivemos o ritmo de implantação de novos contratos, o que resultou em um crescimento de 11% de receita líquida orgânica, frente ao 4T22, e de 10% quando comparamos o ano de 2023 com o 2022. Em relação à receita inorgânica, experimentamos o impacto da normalização da demanda de mão de obra temporária, que já se manifestou no 3T23 e se repetiu no 4T23 representando grande parte da redução de receita líquida neste período. As tabelas abaixo apresentam a evolução trimestral e anual da receita líquida, com abertura por receita orgânica e inorgânica. Os valores estão representados em milhões de reais.

Receita líquida R\$ mi	Empresas	4T23 (a)	4T22 (b)	Δ (a)/(b)
Orgânica*	Grupo GPS	2.332	2.108	11%
Inorgânica (2022)	Comau/Force/Ormec/Sulzer/Motus/E-Vertical/Global Serv.	282	378	-25%
Inorgânica (2023)	Engie/Compart/Campseg/TSV/Trademark	251	-	-
Receita líquida total		2.865	2.486	15%

Receita líquida R\$ mi	Empresas	2023 (c)	2022 (d)	Δ (c)/(d)
Orgânica*	Grupo GPS	9.015	8.224	10%
Inorgânica (2022)	Comau/Force/Ormec/Sulzer/Motus/E-Vertical/Global Serv.	1.185	995	19%
Inorgânica (2023)	Engie/Compart/Campseg/TSV/Trademark	432	-	-
Receita líquida total		10.631	9.219	15%

* A receita líquida orgânica inclui as safras até 2021 (inclusive), conforme detalhado na N.E. 31 (c).

4. Programa de aquisições

Os resultados do 4T23 incluem a performance integral da Engie Serviços e Facilities, Compart, TSV e Campseg. A empresa Trademark passou a ser consolidada a partir de outubro. Abaixo relacionamos o total de aquisições integrantes do programa de M&A de 2023, totalizando R\$ 1,1 bilhão de receita bruta apurada nos 12 meses anteriores à assinatura dos contratos de compra e venda. As aquisições de Lyon, Control, Marfood e Invictus, todas anunciadas no final de 2023, foram concluídas apenas em 2024. Estas empresas passam a fazer parte do programa de M&A 2024 e serão consolidadas no resultado do 1T24.

Empresa	Data	Receita 12 meses (R\$mi)	Situação	Detalhes	Programa M&A
ENGIE SERVIÇOS E FACILITIES	Assinatura 08/11/22 Fechamento 16/01/23 Go live 01/04/23	113	Sistemas integrados	Manutenção Predial e Facilities	2023
COMPART	Assinatura 14/12/22 Fechamento 31/01/23 Go live 01/06/23	145	Sistemas integrados	Field marketing	2023
TSV	Assinatura 28/06/23 Fechamento 18/10/23 Go live 01/01/24	107	Sistemas integrados	Manutenção rede de telefonia	2023
CAMPSEG	Assinatura 13/07/23 Fechamento 14/09/23 Go live 01/01/24	329	Sistemas integrados	Segurança e Facilities	2023
TRADE-MARK	Assinatura 19/09/23 Fechamento 10/11/23 Go live 01/07/24	371	Integração de sistemas	Field marketing	2023
LYON	Assinatura 20/10/23 Fechamento 15/01/24 Go live 01/04/24	241	Integração de sistemas	Gestão de RH em projetos e obras	2024
CONTROL	Assinatura 27/10/23 Fechamento 18/01/24 Go live 01/05/24	461	Integração de sistemas	Manutenção de rede elétrica	2024
MARFOOD	Assinatura 24/11/23 Fechamento 01/02/24 Go live 01/06/24	176	Integração de sistemas	Alimentação e hotelaria marítima	2024
INVICTUS	Assinatura 27/10/23 Fechamento 09/02/24 Go live 01/06/24	43	Integração de sistemas	Segurança	2024

* As datas de fechamento são base para a definição do ano do Programa de M&A.

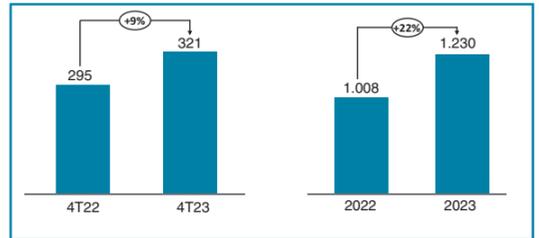
5. EBITDA e EBITDA ajustado

A tabela abaixo apresenta a composição do cálculo do EBITDA, conforme Instrução CVM 527/2012 e o EBITDA ajustado.

EBITDA R\$ mi	4T23 (a)	4T22 (b)	Δ (a)/(b)	2023 (c)	2022 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido	252	203	24%	646	517	25%
IR/CSLL	95	104	-8%	269	257	5%
Resultado Financeiro	23	27	-13%	223	157	41%
Depreciação de ativos	35	25	42%	112	86	30%
Amortização – carteira de clientes, marcas e ativo fixo	38	15	163%	127	105	21%
EBITDA (cf. ICMV 527)	444	373	19%	1.377	1.122	23%
Provisão riscos fiscais	-	-	-	-	1	-99%
Provisão de contingências não trabalhistas	3	(2)	-299%	4	-	-673%
Despesas com aquisição de controladas	7	(1)	-1011%	20	9	117%
Atualização e baixas de ativos indenizatórios e passivos contingentes	(12)	(25)	-54%	(19)	(69)	-72%
Atualização/Baixa earn out	(2)	19	-108%	(13)	22	-158%
Reversão FAP Adquiridas	-	-	-	(10)	-	-100%
Reversão de Tributo Sub Judice	(133)	(57)	1	(133)	(57)	132%

EBITDA R\$ mi	4T23 (a)	4T22 (b)	Δ (a)/(b)	2023 (c)	2022 (d)	Δ (c)/(d)
Conciliação de saldos de adquiridas	7	(16)	(1)	4	(16)	-123%
Constituição dos débitos tributários	3	4	(0)	3	4	-39%
Compra vantajosa	3	-	-	(13)	-	-
Conciliação de saldos a receber	-	-	-	1	2	-52%
EBITDA ajustado	321	295	9%	1.230	1.008	22%
EBITDA ajustado/receita líquida	11,2%	11,9%	-0,7pp	11,6%	10,9%	0,7pp

EBITDA ajustado de R\$321 milhões no 4T23, 9% superior ao resultado do 4T22; Margem EBITDA ajustada no 4T23 de 11,2% inferior em 0,7p.p. ao 4T22; EBITDA ajustado de R\$ 1.230 milhões no ano, 22% superior ao resultado de 2022; Margem EBITDA ajustada de 11,6% em 2023, superior em 0,7p.p. a 2022; O incremento da margem EBITDA se deve do menor impacto do Programa de M&A sobre os resultados do ano. Os gráficos abaixo apresentam a evolução trimestral e anual do EBITDA ajustado. Os valores estão representados em milhões de reais.



O EBITDA ajustado considera apenas três tipos de eventos:

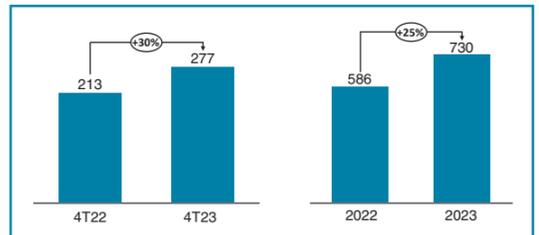
- Eventos com características não operacionais, a exemplo de reversão de contingências cíveis e tributárias de períodos anteriores e provisões para riscos fiscais;
- Eventos relacionados à aquisição de controladas, incluindo os valores gastos com diligências legais e financeiras e com perdas incorridas que são objeto de indenização pelos vendedores das empresas adquiridas;
- Outras receitas ou despesas não relacionadas com a operação.

6. Lucro líquido e Lucro líquido ajustado*

Lucro líquido ajustado * R\$ mi	4T23 (a)	4T22 (b)	Δ (a)/(b)	2023 (c)	2022 (d)	Δ (c)/(d)
Lucro líquido do período	252	203	24%	646	517	25%
Amortização – carteira de clientes, marcas, acordo de não-concorrência e mais valia de ativo fixo (líquido)**	25	10	163%	84	69	21%
Lucro líquido ajustado	277	213	30%	730	586	25%
LL (ajustado)/receita líquida	9,7%	8,5%	1,2pp	6,9%	6,4%	0,5pp

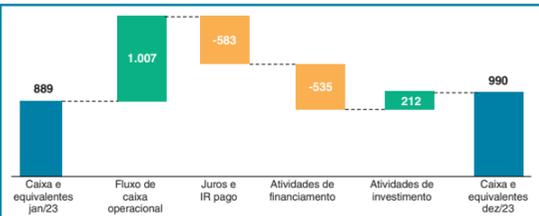
* Lucro líquido ajustado não é base para distribuição de dividendos. ** Valor líquido do IR/CS (34%).

Lucro líquido ajustado no 4T23 de R\$ 277 milhões, 30% superior ao lucro líquido ajustado do 4T22; Margem líquida ajustada do 4T23 de 9,7%, sendo 1,2 p.p. superior à margem do 4T22; Lucro líquido ajustado em 2023 de R\$730 milhões, 25% superior ao lucro líquido ajustado de 2022; Margem líquida ajustada em 2023 de 6,9%, 0,5 p.p. superior à margem de 2022. Os gráficos abaixo apresentam a evolução do lucro líquido ajustado trimestral e anual. Os valores estão representados em milhões de reais.



7. Fluxo de caixa

O gráfico abaixo apresenta o demonstrativo de fluxo de caixa contábil. Os valores estão representados em milhões de reais.



A geração de caixa das atividades operacionais em 2023 totalizou R\$ 1.007 milhões, representando 82% do EBITDA ajustado, 8 p.p., acima do ano de 2022; O pagamento de Juros e IR, no valor total de R\$ 583 milhões, foi 69% superior ao valor pago em 2022, em função do incremento dos juros pagos sobre debêntures; O caixa líquido das atividades de financiamento registrou valor negativo de R\$ 535 milhões, devido às amortizações de empréstimos e debêntures totalizando R\$ 298 milhões, ao pagamento de dividendos no montante de R\$ 176 milhões e ao exercício das opções de compra e pagamento de parcela adicional de aquisições no valor de R\$ 35 milhões. Por outro lado, tivemos o efeito positivo de R\$ 31 milhões associado à integralização de capital proveniente da emissão de ações do programa de opções de compra de ações 2023. O fluxo das atividades de investimento apresentou variação positiva em R\$ 212 milhões, resultado do ingresso líquido de caixa de R\$ 544 milhões proveniente do resgate de aplicações financeiras, contrabalançado pelos gastos líquidos com a compra de ativos imobilizados operacionais, no montante de R\$ 132 milhões e pela aquisição de controladas, no montante de R\$ 206 milhões.

8. Alavancagem

Endividamento R\$ mi	4T23 (a)	3T23 (b)	2T23 (c)	1T23 (d)	4T22 (e)	Δ (a)/(e)
Caixa	2.241	2.587	2.582	2.876	2.700	-17%
Caixa e equivalente de caixa	990	944	928	904	889	11%
Aplicações e Instrumentos financeiros	1.251	1.643	1.654	1.972	1.811	-31%
Dívida bruta	3.482	3.471	3.532	3.644	3.645	-4%
Empréstimos	437	475	515	577	635	-31%
Debêntures	2.594	2.631	2.656	2.679	2.661	-3%
Aquisição de controladas	393	306	299	322	281	40%
Parcelamento de tributos	59	59	63	66	68	-14%
Dívida líquida	(1.241)	(884)	(950)	(768)	(945)	31%
EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	1.230	1.204	1.176	1.106	1.008	22%
Dívida líquida/EBITDA ajustado (últimos 12 meses)	1,0x	0,7x	0,8x	0,7x	0,9x	8%

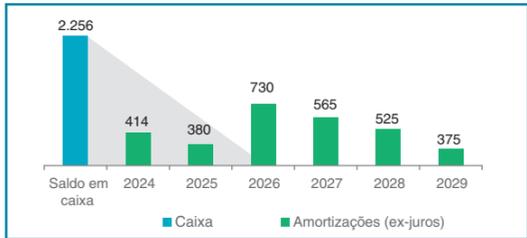
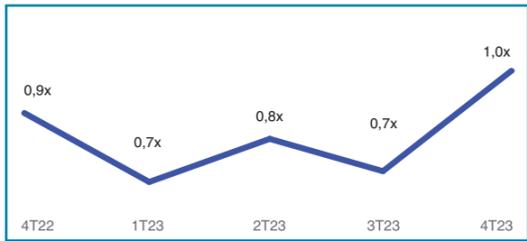
Encerramos o 4T23 com índice de alavancagem em 1,0x EBITDA ajustado, 0,3 p.p. superior ao 3T23. A nossa posição de caixa, aliada ao baixo nível de alavancagem, fortalece nossa capacidade de financiar os investimentos do programa de M&A para o ano de 2024;

continua ...



... continuação

■ Abaixo demonstramos a evolução do índice de alavancagem e do perfil da dívida do Grupo GPS, que se mantém estável com *duration* total da carteira de 33 meses em 2023.



9. Retorno sobre capital

O Retorno sobre Capital Investido (ROIC), atingiu 20,1% em 2023, com aumento de 0,4 p.p. em relação ao ano de 2022. Obtivemos um crescimento de 21% do lucro operacional (NOPAT), enquanto o Capital Investido cresceu 19%. A manutenção dos patamares de rentabilidade demonstra a nossa capacidade de produzir crescimento orgânico sustentável e de capturar as sinergias geradas na integração das companhias adquiridas.

R\$ mi	2023 (a)	2022 (b)	Δ (a)/(b)
EBITDA ajustado	1.230	1.008	22%
Depreciação	(112)	(86)	30%
EBITA ajustado	1.118	922	21%
Alíquota IR/CS	34%	34%	0,0pp
NOPAT	738	609	21%
Dívida líquida (média ponderada)*	890	733	21%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	2.773	2.350	18%
Capital investido (dívida líquida + patrimônio líquido)	3.663	3.083	19%
ROIC (NOPAT/Capital investido)	20,1%	19,7%	0,4pp

* Média simples da dívida líquida na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social; *
 ** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

O Retorno sobre Patrimônio (ROE) atingiu 26,3%, 1,3 p.p. superior ao resultado de 2022, reflexo do aumento de 25% do lucro líquido ajustado enquanto o patrimônio líquido cresceu 18%.

R\$ mi	2023 (a)	2022 (b)	Δ (a)/(b)
Lucro líquido ajustado *	730	586	25%
Patrimônio líquido (médio ponderado)**	2.773	2.350	18%
ROE	26,3%	25,0%	1,3pp

* O Lucro líquido ajustado de 2021 considera exclusivamente o efeito da amortização líquida.
 ** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.
 *** Média simples do patrimônio líquido na data de início e de encerramento de cada trimestre, ponderada pela representatividade de cada trimestre no exercício social.

10. Considerações finais

Os resultados alcançados em 2023 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização, delegação planejada, foco na geração de resultados e o exercício da meritocracia, é o fator mais relevante para o sucesso da nossa estratégia de crescimento. É através da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e a sustentabilidade dos nossos resultados. Trabalhamos para aprimorar nossas ferramentas de motivação e retenção de curto, médio e longo prazos e propiciar para nossa equipe um ambiente empresarial cada vez mais eficiente e produtivo. Acreditamos que 2024 será desafiador e, por isso, estamos preparados para seguir na direção do crescimento, combinando o esforço das equipes comerciais com novas oportunidades de aquisição de empresas, assegurando uma gestão equilibrada dos riscos que envolvem o nosso ambiente empresarial.

Considerações legais: As informações financeiras são apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado o contrário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este relatório pode incluir declarações sobre eventos futuros que estão sujeitos a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições da Administração do Grupo GPS tomadas dentro do melhor conhecimento e informações a que o Grupo GPS atualmente tem acesso. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Este relatório pode incluir métricas não contábeis, o que será indicado onde for pertinente. Tais métricas são inseridas por serem consideradas pela Administração como relevantes para o entendimento do negócio, mas não necessariamente passaram pelo mesmo critério de elaboração das demonstrações financeiras. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes do Grupo GPS.

Auditoria independente: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a KPMG prestou somente serviços de auditoria das demonstrações financeiras com honorários de R\$ 4.500 mil (valores líquidos). Não houve nenhuma outra prestação de serviço no período.

11. Anexos

Balanco Patrimonial		Consolidado	
Ativo – R\$ mi	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	990	889
Aplicações financeiras	11	1.267	1.810
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	–	8
Contas a receber	12	2.458	1.949
Empréstimos a receber	15.3	5	4
Estoques		12	12
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	235	196
Tributos a recuperar	14	343	302
Outros créditos	16	165	28
Total do ativo circulante		5.476	5.199
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	11	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	–	3
Contas a receber	12	101	73
Empréstimos a receber	15.3	21	27
Depósitos judiciais	27 (c)	186	192
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	22	20
Tributos a recuperar	14	12	12
Ativo indenizatório	27 (d)	159	136
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (a)	580	504
Total do realizável a longo prazo		1.081	967
Investimentos	17	8	3
Imobilizado	18	477	407
Direito de uso em arrendamentos	19	290	69
Intangível	20	2.687	2.352
Total do ativo não circulante		4.543	3.798
Total do ativo		10.019	8.996

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Passivo – R\$ mi	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores		173	125
Empréstimos	21	169	199
Debêntures	22	309	130
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	11	10
Arrendamentos a pagar	23	63	28
Salários e encargos sociais	24	1.124	968
Imposto de renda e contribuição social a recolher		33	66
Obrigações tributárias		122	155
Parcelamento de tributos	26	22	22
Aquisição de controladas	28	151	97
Dividendos a pagar	15.5	215	123
Outras contas a pagar		58	40
Total do passivo circulante		2.451	1.961
Não circulante			
Empréstimos	21	268	436
Debêntures	22	2.284	2.532
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	5	–
Arrendamentos a pagar	23	239	42
Parcelamento de tributos	26	37	46
Aquisição de controladas	28	242	184
Provisão para contingências e tributos sub judice	27 (a)/(b)	1.492	1.198
Outras contas a pagar		14	6
Total do passivo não circulante		4.580	4.443
Patrimônio líquido			
Capital social	29 (a)	1.680	1.649
Reservas de lucros	29 (d)	1.307	932
Outros resultados abrangentes		6	6
Ajustes de avaliação patrimonial	29 (f)	(10)	3
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		2.982	2.590
Participação dos não controladores		6	2
Total do patrimônio líquido		2.988	2.592
Total do passivo e patrimônio líquido		10.019	8.996

Demonstrações dos resultados – R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	De 01/01/2023 a 31/12/2023	De 01/01/2022 a 31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	10.631	9.219
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	(8.794)	(7.693)
Lucro bruto		1.837	1.525
Despesas gerais e administrativas	32	(834)	(630)
Reversão (provisão) para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	32	3	(10)
Outras receitas operacionais	32	188	72
Outras despesas operacionais	32	(56)	(26)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		1.138	931
Receitas financeiras	33	448	269
Despesas financeiras	33	(670)	(426)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(223)	(157)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		916	774
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(289)	(280)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	20	24
Lucro líquido do exercício		646	517
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		643	517
Acionistas não controladores		4	–
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	34	0,96	0,77

Demonstrações dos resultados – R\$ mi (exceto lucro por ação)	Nota	De 01/10/2023 a 31/12/2023	De 01/10/2022 a 31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	2.865	2.486
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	(2.358)	(2.034)
Lucro bruto		507	451
Despesas gerais e administrativas	32	(338)	(225)
Reversão (provisão) para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	32	86	56
Outras receitas operacionais	32	133	59
Outras despesas operacionais	32	(19)	(7)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		370	334
Receitas financeiras	33	137	80
Despesas financeiras	33	(160)	(107)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(23)	(27)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		347	307
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(56)	(91)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	(39)	(13)
Lucro líquido do exercício		252	203
Lucro atribuído aos:			
Acionistas controladores		251	203
Acionistas não controladores		1	–
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias	34	0,38	0,30

Fluxo de Caixa – R\$ mi	Nota	De 01/01/2023 até 31/12/2023	De 01/01/2022 até 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		646	517
Ajustes para:			
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado		(8)	(6)
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados	32	6	3
(Reversão) constituição de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	32	(9)	7
Depreciação de imobilizado	18(c)	79	61
Amortização de intangível	20(c)	1	1
Amortização do ativo de direito de uso	19(a)	32	24
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	20(c)	107	97
Amortização de mais valia – ativos fixos	18(c)	20	8
Provisão de riscos fiscais	27(b)	–	1
Provisão para tributos sub judice	27(b)	3	5
Reversão para tributos sub judice	27(b)	(133)	(57)
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	27(b)	(45)	(21)
Reversão FAP adquiridas	27(b)	–	(10)
Ganho com compra vantajosa	3.8	(13)	–
Imposto de renda e contribuição social	25(c)	269	257
Constituição de provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	27(a)	164	126
Reversão de provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	27(a)	(168)	(122)
Atualização monetária do Sistema "S"	27(a)	57	30
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	32	(19)	(69)
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	28(a)	(5)	29
Baixa de parcela contingente – dívida de aquisição	28(a)	(7)	(7)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	33	23	33
Atualização monetária indébito da Selic	13	(2)	(2)
Atualização monetária de depósitos judiciais	27(c)	(13)	(14)
Atualização monetária de empréstimos a receber – contratos de mútuo	15.3	(2)	(3)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos – contratos de mútuo	15.3	1	2
Pagamento do prêmio do plano de opção de compra de ações	15.3.1	–	3
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos	21(b)	55	62
Juros e encargos sobre debêntures	22(c)	377	167
Encargos financeiros sobre parcelamentos	26	9	8
Encargos financeiros sobre arrendamento	23(c)	6	3
Atualização monetária sobre tributos sub judice	27(b)	43	30
Atualização monetária de aquisição de controladas	28(a)	14	1
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	22(c)	5	2
Variações em:		1.491	1.168
Contas a receber		(343)	(372)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(161)	(181)
Tributos a recuperar		(33)	(43)
Depósitos judiciais		23	(16)
Ativo indenizatório		–	(1)
Fornecedores		29	(2)
Salários e encargos sociais		210	206
Outras obrigações tributárias		(70)	13
Variações em outros ativos e passivos		(139)	(24)
Caixa gerado (utilizado nas) pelas atividades operacionais		1.007	748
Juros pagos sobre empréstimos	21(b)	(72)	(77)
Juros pagos sobre debêntures	22(c)	(346)	(143)
Juros pagos sobre parcelamentos	26	(3)	(2)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(162)	(122)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		424	404
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		544	(823)
Recebimento de empréstimos – contratos de mútuo	15.3	7	5
Concessão de empréstimos – contratos de mútuo	15.3	(1)	(10)
Recebimento pela venda de imobilizado		14	9
Aquisição de imobilizado	18(b)	(146)	(104)
Aquisição de intangível	20(b)	(1)	(2)
Aquisição de controladas não consolidadas	17(ii)	(8)	(3)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	3	(197)	(294)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		212	(1.221)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital por emissão de ações	29(b)	31	33
Pagamento de parcelamentos de tributos	26	(22)	(16)
Pagamento de arrendamentos	23(c)	(27)	(26)
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)	15.5	(176)	(1)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	30(c)	(8)	(2)
Captação de debêntures	22(c)	–	1.500
Amortização de debêntures	22(c)	(100)	(100)
Custos incorridos com a emissão de debêntures	22(c)	–	(17)
Amortização de empréstimos	21(b)	(198)	(207)
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	28(a)	(35)	(110)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(535)	1.054
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		101	237
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		889	652
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		990	889

A Administração

contin

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	47	33	989.728	889.159
Aplicações financeiras	11	-	-	1.266.682	1.810.414
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	-	-	-	7.519
Contas a receber	12	-	-	2.458.492	1.948.832
Dividendos a receber	15.4	214.936	122.899	-	-
Empréstimos a receber	15.3	1.734	1.275	4.814	4.019
Estoques	-	-	-	12.253	12.047
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	-	235.446	196.291
Tributos a recuperar	14	-	87	343.391	301.974
Outros créditos	16	29	37	164.907	28.492
Total do ativo circulante		216.746	124.331	5.475.713	5.198.747
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	11	-	-	-	366
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	-	-	-	2.684
Contas a receber	12	-	-	101.088	73.294
Empréstimos a receber	15.3	4.452	7.648	21.379	26.858
Empréstimos a receber de partes relacionadas	15.2	-	14.882	-	-
Depósitos judiciais	27 (c)	-	-	185.503	191.885
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	-	21.627	19.593
Tributos a recuperar	14	-	-	12.260	12.328
Ativo indenizatório	27 (d)	-	-	159.076	135.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (a)	-	-	411	580.401
Total do realizável a longo prazo		4.452	22.941	1.081.334	967.111
Investimentos	17	2.976.546	2.567.261	8.263	2.500
Imobilizado	18	-	-	476.734	407.474
Direito de uso em arrendamentos	19	-	-	289.702	68.846
Intangível	20	-	-	2.687.316	2.351.821
Total do ativo não circulante		2.980.998	2.590.202	4.543.349	3.797.752
Total do ativo		3.197.744	2.714.533	10.019.062	8.996.499
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	-	-	-	173.197	124.732
Empréstimos	21	-	-	169.079	199.243
Debêntures	22	-	-	309.447	129.568
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	-	-	10.764	10.344
Arrendamentos a pagar	23	-	-	63.316	28.081
Salários e encargos sociais	24	-	-	1.124.275	967.540
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8	32	32	32.796	65.896
Obrigações tributárias	3	52	121.689	154.702	154.702
Parcelamento de tributos	26	-	16	21.882	21.862
Aquisição de controladas	28	-	-	151.349	96.749
Empréstimos a pagar com partes relacionadas	15.2	374	-	-	-
Dividendos a pagar	15.5	215.094	122.712	215.094	122.712
Outras contas a pagar	-	-	1	57.954	39.564
Total do passivo circulante		215.479	122.813	2.450.842	1.960.993
Não circulante					
Empréstimos	21	-	-	267.663	435.681
Debêntures	22	-	-	2.284.302	2.531.632
Instrumentos financeiros derivativos	30(c)	-	-	4.824	-
Arrendamentos a pagar	23	-	-	239.259	41.814
Parcelamento de tributos	26	-	31	36.798	46.008
Aquisição de controladas	28	-	-	241.610	184.336
Provisão para contingências e tributos sub judice	27 (a)/(b)	-	1.305	1.491.898	1.197.720
Outras contas a pagar	-	-	-	13.585	6.050
Total do passivo não circulante		1.336	4.579.939	4.443.241	
Total do passivo				3.197.744	2.714.533
Patrimônio líquido					
Capital social	29 (a)	1.679.699	1.648.808	1.679.699	1.648.808
Reservas de lucros	29 (d)	1.306.947	931.849	1.306.947	931.849
Outros resultados abrangentes	-	5.920	6.461	5.920	6.461
Ajustes de avaliação patrimonial	29 (f)	(10.301)	3.266	(10.301)	3.266
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		2.982.265	2.590.384	2.982.265	2.590.384
Participação dos não controladores	-	-	-	6.016	1.881
Total do patrimônio líquido		2.982.265	2.590.384	2.988.281	2.592.265
Total do passivo e patrimônio líquido		3.197.744	2.714.533	10.019.062	8.996.499
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Demonstrações dos Resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Receita líquida dos serviços prestados e mercadorias vendidas	31	-	-	10.631.154	9.218.683
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	32	-	-	(8.793.786)	(7.693.449)
Lucro bruto				1.837.368	1.525.234
Despesas gerais e administrativas	32	(558)	(635)	(833.770)	(630.250)
Reversão (provisão) para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	32	-	-	3.382	(10.194)
Outras receitas operacionais	32	1.208	66	187.709	72.350
Outras despesas operacionais	32	(242)	(1.440)	(56.547)	(26.074)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, resultado de equivalência patrimonial e impostos		408	(2.009)	1.138.232	931.066
Receitas financeiras	33	840	1.052	447.982	268.605
Despesas financeiras	33	(98)	(55)	(670.488)	(425.998)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		742	997	(222.506)	(157.393)
Resultado de equivalência patrimonial 17 (a)	641.841	517.471	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		642.991	516.459	915.726	773.673
Imposto de renda e contribuição social correntes	25 (c)	(70)	(115)	(288.998)	(280.337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25 (c)	(411)	339	19.619	23.696
Lucro líquido do exercício		642.510	516.683	646.347	517.032
Lucro atribuído aos:					
Acionistas controladores	-	642.510	516.683	642.510	516.683
Acionistas não controladores	-	-	-	3.837	349
Resultado básico e diluído por ação atribuível a acionistas controladores detentores das ações ordinárias				0,96	0,77
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Demonstrações dos Resultados Abrangentes					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	642.510	516.683	646.347	517.032	
Resultado líquido sobre hedge	-	-	(541)	(1.833)	
Resultado abrangente do exercício	642.510	516.683	645.806	515.199	
Lucro atribuído aos:					
Acionistas controladores	642.510	516.683	641.969	514.850	
Acionistas não controladores	-	-	3.837	349	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Demonstrações do Valor Adicionado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Receitas (1)	1.208	66	11.699.377	10.110.809	
Receita bruta de vendas e serviços	31	-	-	11.508.286	10.048.653
Outras receitas	32	1.208	66	187.709	72.350
(Provisão) reversão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	12 (a)	-	-	3.382	(10.194)
Insuamos adquiridos de terceiros (2)	(832)	(2.124)	(1.459.917)	(1.106.602)	
Custos das mercadorias vendidas	32	-	-	(165.509)	(151.652)
Materiais, serviços de terceiros e outros	32	(832)	(2.124)	(1.294.408)	(954.950)
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	376	(2.058)	10.239.460	9.004.207	
Depreciação e amortização (4)	-	-	(238.729)	(191.263)	
Valor adicionado líquido produzido (5) = (3) + (4)	376	(2.058)	10.000.731	8.812.944	
Valor adicionado recebido em transferência (6)	642.681	518.523	447.982	268.605	
Resultado de equivalência patrimonial	17 (a)	641.841	517.471	-	-
Receitas financeiras	33	840	1.052	447.982	268.605
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	643.057	516.465	10.448.713	9.081.549	
Distribuição do valor adicionado	(643.057)	(516.465)	(10.448.713)	(9.081.549)	
Pessoal	-	-	(6.682.966)	(5.957.487)	
Remuneração direta	-	-	(5.289.171)	(4.761.470)	
Benefícios	-	-	(1.239.808)	(1.047.000)	
Encargos sociais	-	-	(153.987)	(149.017)	
Tributos e taxas	(481)	223	(2.249.217)	(2.074.524)	
Federais	(481)	223	(1.799.857)	(1.684.053)	
Estaduais	-	-	(19.293)	(15.652)	
Municipais	-	-	(430.067)	(374.819)	
Remuneração de capitais de terceiros	(66)	(5)	(870.183)	(532.506)	
Juros	(66)	(5)	(572.135)	(317.765)	
Aluguéis	-	-	(298.048)	(214.741)	
Remuneração de capitais próprios	(642.510)	(516.683)	(646.347)	(517.032)	
Dividendos a acionistas controladores	(215.094)	(122.712)	(215.094)	(122.712)	
Retenção de lucros	(427.416)	(393.971)	(431.253)	(394.320)	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	642.510	516.683	646.347	517.032	
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	17 (a)	(641.841)	(517.471)	-	
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	(7.950)	(5.958)	
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados (Reversão) constituição de provisão para perda esperada dos serviços a faturar	32	-	5.990	3.325	
Depreciação de imobilizado	18 (c)	-	78.505	61.080	
Amortização de intangível	20 (c)	-	1.038	678	
Amortização do ativo de direito de uso	19 (a)	-	32.065	24.264	
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência	20 (c)	-	107.487	97.421	
Amortização de mais valia – ativos fixos	18 (c)	-	19.634	7.820	
Provisão de riscos fiscais	27 (b)	-	10	775	
Provisão para tributos sub judice	27 (b)	-	2.596	5.153	
Reversão para tributos sub judice	27 (b)	(1.208)	(66)	(133.103)	(57.412)
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice	27 (b)	(162)	-	(45.193)	(20.531)
Reversão FAP adquiridas	27 (b)	-	-	(10.339)	-
Ganho com compra vantajosa	3.8	-	-	(13.150)	-
Imposto de renda e contribuição social	25 (c)	481	(224)	269.379	256.641
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27 (a)	-	-	163.589	125.896
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27 (a)	-	-	(167.986)	(121.537)
Atualização monetária do Sistema "S"	27 (a)	-	-	56.730	30.411
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	32	-	-	(19.245)	(68.517)
Atualização de parcela contingente – dívida de aquisição	28 (a)	-	-	(5.367)	28.747
Baixa de parcela contingente – dívida de aquisição	28 (a)	-	-	(7.205)	(6.954)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	33	-	-	22.758	32.807
Atualização monetária indêbita da Selic	13	-	-	(2.034)	(2.031)
Atualização monetária de depósitos judiciais	27 (c)	-	-	(13.467)	(13.502)
Atualização monetária de empréstimos a receber – contratos de mútuo	15.3	(674)	(1.081)	(2.352)	(3.286)
Ajuste de saldo a receber de empréstimos – contratos de mútuo	15.3	200	1.439	971	2.033
Pagamento do prêmio do plano de opção de compra de ações	15.3.1	-	-	-	3.326
Varição cambial, juros e encargos sobre empréstimos	21 (b)	-	-	55.002	62.041
Juros e encargos sobre debêntures	22 (c)	-	-	377.247	167.260
Encargos financeiros sobre parcelamentos	26	1	5	8.892	8.314
Encargos financeiros sobre arrendamento	23 (c)	-	-	6.325	3.428
Atualização monetária sobre tributos sub judice	27 (b)	65	-	43.433	30.054
Atualização monetária de aquisição de controladas	28 (a)	-	-	14.118	1.207
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i>					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Apropriação de custo incorrido com emissão de debêntures	22 (c)	-	-	5.009	1.787
Variáveis em:					
Contas a receber	-	-	-	(342.954)	(371.839)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	(87)	(161.147)
Tributos a recuperar	89	-	-	(32.995)	(43.327)
Depósitos judiciais	-	-	-	22.907	(16.286)
Ativo indenizatório	-	-	-	-	(1.318)
Fornecedores	-	-	-	(49)	28.912
Salários e encargos sociais	-	-	-	210.007	206.250
Empréstimos com partes relacionadas	374	(20.669)	-	-	-
Outras obrigações tributárias	(59)	39	(69.896)	12.995	-
Variáveis em outros ativos e passivos	14.888	(14.820)	(138.687)	(23.933)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) pelas atividades operacionais	14.664	(36.301)	1.006.848	748.091	
Juros pagos sobre empréstimos	21 (b)	-	-	(72.384)	(77.359)
Juros pagos sobre debêntures	22 (c)	-	-	(345.540)	(143.190)
Juros pagos sobre parcelamentos	26	-	-	(3)	(2.368)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(86)	(90)	(162.098)	(121.633)	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	14.578	(36.394)	423.857	403.541	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras	-	-	-	544.098	(823.002)
Dividendos recebidos	15.4	125.506	-	-	-
Recebimento de empréstimos – contratos					

... continuação

investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. f. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. g. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. 8.2. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequentes: Ativos financeiros – classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ou VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 30). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Table with 2 columns: Category (Ativos financeiros ao VJR, Ativos financeiros a custo amortizado, Instrumentos de dívida a VJORA, Instrumentos patrimoniais a VJORA) and Description.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja nota explicativa nº 30 sobre os passivos financeiros e derivativos designados como instrumentos de proteção. (iii) Desreconhecimento: O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Reforma da taxa de juros: Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente. Hedges de fluxo de caixa: Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de resultado líquido sobre hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. 8.3. Capital social: Ajustes ordinários: Quando aplicável, os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas. 8.4. Impostos: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos corren-

Table with 4 columns: Software e licenças, Ágio, Marcas (a), and Marcas. Rows include Vida útil, Período de amortização, Método de amortização utilizado, and Origem.

(i) Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos na Controladora e como ativo intangível no Consolidado. Está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do Purchase Price Allocation e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos. (ii) Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis: Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método Multi-Period Excess Earning (MPEEM), para as marcas com vida útil definida a amortização é com base no método Royalty Relief Method e não concorrência com base na vida útil definida pelo método With or Without Method, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. (iii) Gastos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. 8.7. Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • De acordo com a política contábil do Grupo para provisão para perda esperada de clientes faturados, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o aging list dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2023 os percentuais foram apurados conforme abaixo: • A vencer: 1,73%; • Vencido de 1 a 30 dias: 2,33%; • Vencido de 30 a 60 dias: 10,66%; • Vencido de 61 a 90 dias: 17,77%; • Vencido de 91 a 180 dias: 45,81%; • Vencido de 181 a 360 dias: 61,43%; e • Acima de 360 dias: 58,43%. De acordo com a política contábil do Grupo, a provisão para perda esperada de clientes a faturar é calculada considerando 0,8% sobre a receita operacional bruta mensal e eventuais complementos de casos pontuais decorrentes do processo de análise realizado no mês de novembro, o qual tem como objetivo avaliar a manutenção ou a baixa definitiva dos valores provisionados. Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos do Grupo. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Devido às características das contas a receber, o Grupo adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais. Bases coletivas: O Grupo adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando tais taxas nas faixas de vencimento do aging list apurado na data base de apresentação. Bases individuais: A cada fechamento de balanço, o Grupo avalia se houve ou não aumento significativo do risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

tes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. 8.5. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração: É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo atribuído de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. b. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. c. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 18 e que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 8.6. Intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de impairment para avaliação e validação da recuperabilidade destes. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

Table with 5 columns: Cláusula de não concorrência com ex-quotistas, Mais valia de ativos fixos, Ativo indenizatório, Passivo contingente, and Carteira de clientes. Rows include Definição, Período de amortização, Método de amortização utilizado, and Origem.

• Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e • Para estes clientes ou classes de ativos, o Grupo determina a perda esperada a ser reconhecida. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. 8.8. Arrendamentos: Determinando quando um contrato contém um arrendamento: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação: O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelo Grupo: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. Como arrendatário: O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. (i) Ativos de direito de uso: Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional: A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao justo, com o preço e o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra o restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento

continua ...



... continuação

simio prazo. E ainda, em 2023 o Grupo aderiu ao programa da Receita Federal de "litígio zero", que, em resumo, permite que contribuintes que tenham processos tributários que estiverem em julgamento administrativo, porém, o pagamento ocorre de maneira antecipada, antes mesmo da homologação do parcelamento. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de adiantamento do "litígio zero" era de R\$ 32.694.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimento em sociedades controladas	-	-	-	-
Investimento em processo de aquisição (i)	-	-	8.263	2.500
Ágio na aquisição de investimento	68.129	68.129	-	-
Total	2.976.546	2.567.261	8.263	2.500

(i) Em 2022: > Em 14 de dezembro de 2022, foi realizada a aprovação da aquisição de 100% das quotas e assinatura do contrato de compra e venda, pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., da empresa Compart Marketing e Tecnologia Ltda. Ocorrendo também na mesma data, pagamento a título de sinal no montante de R\$ 2.500, com saldo acordado a ser pago na data do fechamento em moeda corrente nacional. A Compart presta serviços de *field marketing*, *merchandising*, promoções e eventos, com presença em 7 Estados e forte atuação na região Sudeste. A conclusão da aquisição ocorreu conforme descrita na nota explicativa nº 3.9. Em 2023: > Em 20 de Outubro de 2023, houve a aprovação e assinatura do contrato de compra e venda pela aquisição de 60% das quotas da sociedade Lyon Engenharia Comercial Ltda, ocorrendo, nesta data, o pagamento a título de sinal no montante de R\$ 2.988. A conclusão da aquisição ocorreu em 15 de janeiro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 37 (a). Ficou ajustado entre as partes, no termo de fechamento, que o controle será assumido a partir de 1º de

fevereiro de 2024, dessa forma a consolidação dos balanços e aferição dos saldos iniciais dessas empresas serão realizadas nessa data. > Em 27 de Outubro de 2023, houve a aprovação e assinatura do contrato de compra e venda pela aquisição de 60% das quotas da sociedade Control Construções S.A, ocorrendo, nesta data, o pagamento a título de sinal no montante de R\$ 1.000. A conclusão da aquisição ocorreu em 18 de janeiro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 37 (a). Ficou ajustado entre as partes, no termo de fechamento, que o controle será assumido a partir de 1º de fevereiro de 2024, dessa forma a consolidação dos balanços e aferição dos saldos iniciais dessas empresas serão realizadas nessa data. > Em 27 de Outubro de 2023, foi celebrado de compra e venda de 100% das quotas das sociedades Invictus Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. e Invictus Segurança Ltda. (conjuntamente, "Invictus"), pela controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda.. Nesta mesma data, ocorreu o pagamento a título de sinal no montante de R\$ 275. A Invictus presta serviços de segurança privada, fiscalização, recepção e portaria, com forte atuação nos Estados do Pará e do Amapá. A conclusão da aquisição ocorreu em 09 de fevereiro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 37 (a). Ficou ajustado entre as partes, no termo de fechamento, que o controle será assumido a partir de 1º de fevereiro de 2024, dessa forma a consolidação dos balanços e aferição dos saldos iniciais dessas empresas serão realizadas nessa data. > Em 24 de novembro de 2023 foi celebrado de compra e venda de 100% das quotas das sociedades Marfood Comércio e Serviços de Hotelaria Ltda. ("Marfood"), pela controlada indireta Top Service Serviços e Sistemas S.A.. Nesta mesma data, ocorreu o pagamento a título de sinal no montante de R\$ 4.000. A Marfood presta serviços de fornecimento de refeições e hotelaria marítima, com forte atuação no Estado do Rio de Janeiro. A conclusão da aquisição ocorreu em 1º de fevereiro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 37 (a). Ficou ajustado entre as partes, no termo de fechamento, que o controle será assumido a partir de 1º de fevereiro de 2024, dessa forma a consolidação dos balanços e aferição dos saldos iniciais dessas empresas serão realizadas nessa data.

a. Informações sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2023	Participação	Lucro do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada direta						
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	641.841	641.841	8.355.833	5.447.416	2.908.417
Em 31 de dezembro de 2022						
Controlada direta						
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	100%	517.471	517.471	7.673.407	5.174.275	2.499.132

b. Movimentação dos investimentos

Em 1º de janeiro	Controladora	Consolidado
Resultado de equivalência patrimonial	641.841	517.471
Distribuição de dividendos (ii)	(217.543)	(122.899)
Transação de capital (i)	(15.013)	(32.123)
Em 31 de dezembro	2.976.546	2.567.261

(i) De acordo com o método de aquisição antecipada, o saldo

refere-se à distribuição de dividendos de controladas e acionistas ou cotistas não controladores, tratados na Controladora como transação de capital, e ainda ajustes no patrimônio líquido de controladas identificados durante o processo validação dos saldos iniciais que ocorre em conjunto com as alocações do preço de compra conforme instrução do CPC 15 (R1)/IFRS 3, com ajustes de avaliação patrimonial. (ii) Constituição de dividendos da controladora Top Service Serviços e Sistemas S.A. para a Controladora. Veja nota explicativa nº 15.4.

c. Movimentação do patrimônio líquido da controlada direta

Controlada direta	Saldo em 31/12/2022	Transações de capital com controladas indiretas	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	2.499.132	(15.013)	(217.543)	641.841	2.908.417
Total	2.499.132	(15.013)	(217.543)	641.841	2.908.417

18. Imobilizado – Consolidado – a. Composição do saldo de imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas (i)		Imóveis e terrenos (i)		Equipamentos de informática	Veículos	Armadamentos	Benefetorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Imobilizado em andamento	Total
	De 4% a 10%	De 25% a 33%	De 20% a 25%	De 20% a 33%								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	291.126	28.602	67.699	138.652	17.404	20.104	10.836	9.767	7.441	591.631	591.631	591.631
Aquisições	39.849	-	11.450	14.275	699	2.658	-	156	34.595	103.682	-	103.682
Advindo de adquiridas	66.143	2.228	7.128	51.907	2.861	-	-	-	938	131.205	-	131.205
Mais valia de ativos fixos	11.744	12.296	114	28.145	-	-	-	-	-	52.299	-	52.299
Baixas (i)	(13.467)	-	(4.626)	(12.565)	(671)	(73)	(1.334)	(812)	(33.548)	-	-	(33.548)
Transferências	4.185	-	(1.823)	1.994	885	-	257	4.000	(10.804)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	399.580	43.126	79.942	222.408	21.178	23.995	11.093	12.589	31.358	845.269	845.269	845.269
Aquisições	69.966	-	14.706	21.435	1.832	2.791	-	387	41.893	153.010	-	153.010
Advindo de adquiridas	17.914	-	6.612	5.135	-	4.083	-	163	-	33.907	-	33.907
Mais valia de ativos fixos	2.888	-	68	51	-	-	-	-	-	3.007	-	3.007
Baixas (i)	(7.310)	(539)	(857)	(9.800)	(1.330)	(18)	(31)	(204)	(20.089)	-	-	(20.089)
Transferências	1.888	-	164	1.918	328	784	-	14.642	(19.724)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	484.926	42.587	100.635	241.147	22.008	31.635	11.093	27.750	53.323	1.015.104	1.015.104	1.015.104

(i) Em custo de imóveis e terrenos, R\$ 21.470 refere-se ao terreno adquirido em 2020, R\$ 2.228 de saldo advindos de adquiridas em 2022, R\$ 7.132 de alocação de mais valia pela aquisição da controlada Top Service Facilities Ltda. (anteriormente denominada ISS Servisystem do Brasil Ltda.) e R\$ 12.296 de alocação de mais valia pela aquisição da controlada Predial Axel Manutenção Industrial Ltda. (anteriormente denominada Sulzer Brasil Indústria e Comércio Ltda.) em 2022. Em 2023 houve baixas no montante de R\$539 ocorridas por motivo de venda de imóveis. A mais valia tem vida útil de 4 anos, com depreciação de 25% ao ano. Os terrenos não sofrem depreciação.

b. Movimentação do custo do imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas		Imóveis e terrenos		Equipamentos de informática	Veículos	Armadamentos	Benefetorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Imobilizado em andamento	Total
	De 4% a 10%	De 25% a 33%	De 20% a 25%	De 20% a 33%								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	291.126	28.602	67.699	138.652	17.404	20.104	10.836	9.767	7.441	591.631	591.631	591.631
Aquisições	39.849	-	11.450	14.275	699	2.658	-	156	34.595	103.682	-	103.682
Advindo de adquiridas	66.143	2.228	7.128	51.907	2.861	-	-	-	938	131.205	-	131.205
Mais valia de ativos fixos	11.744	12.296	114	28.145	-	-	-	-	-	52.299	-	52.299
Baixas (i)	(13.467)	-	(4.626)	(12.565)	(671)	(73)	(1.334)	(812)	(33.548)	-	-	(33.548)
Transferências	4.185	-	(1.823)	1.994	885	-	257	4.000	(10.804)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	399.580	43.126	79.942	222.408	21.178	23.995	11.093	12.589	31.358	845.269	845.269	845.269
Aquisições	69.966	-	14.706	21.435	1.832	2.791	-	387	41.893	153.010	-	153.010
Advindo de adquiridas	17.914	-	6.612	5.135	-	4.083	-	163	-	33.907	-	33.907
Mais valia de ativos fixos	2.888	-	68	51	-	-	-	-	-	3.007	-	3.007
Baixas (i)	(7.310)	(539)	(857)	(9.800)	(1.330)	(18)	(31)	(204)	(20.089)	-	-	(20.089)
Transferências	1.888	-	164	1.918	328	784	-	14.642	(19.724)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	484.926	42.587	100.635	241.147	22.008	31.635	11.093	27.750	53.323	1.015.104	1.015.104	1.015.104

(i) As empresas adquiridas em 2021, que estavam dentro do período de mensuração, conforme instrução do CPC 15 (R1)/IFRS 3, sofreram baixas em inventário de ativos imobilizados no montante líquido de R\$ 6.613 (R\$ 21.216 de custo e R\$ 14.603 de depreciação acumulada). Esses ajustes foram registrados na mensuração dos saldos iniciais, com impacto no patrimônio líquido das empresas adquiridas e na alocação do ágio das adquirentes, sem impacto no resultado e na demonstração dos fluxos de caixa do período, as demais baixas ocorridas no período são pulverizadas e ocorreram no fluxo normal de operação do Grupo.

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Máquinas, utensílios e ferramentas		Imóveis e terrenos		Equipamentos de informática	Veículos	Armadamentos	Benefetorias em propriedades de terceiros	Estações de tratamento	Central de monitoramento	Total
	De 4% a 10%	De 25% a 33%	De 20% a 25%	De 20% a 33%							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(143.617)	(2.202)	(43.891)	(91.818)	(12.055)	(13.259)	(5.990)	(6.166)	(318.998)	(318.998)	(318.998)
Amortização de mais valia de ativos fixos	-	(2.534)	-	(5.286)	-	-	-	-	-	-	(7.820)
Advindos de adquiridas	(39.280)	(543)	(3.979)	(28.766)	-	-	-	-	-	-	(72.568)
Depreciação	(28.486)	(42)	(8.923)	(15.662)	(1.824)	(3.821)	(904)	(1.418)	-	(61.080)	(61.080)
Baixas (i)	8.022	-	2.339	11.678	587	45	-	-	-	22.671	22.671
Transferências	(220)	-	2.485	184	(2.440)	-	-	-	-	(9)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(203.581)	(5.321)	(51.969)	(129.670)	(15.732)	(17.035)	(6.894)	(7.593)	(437.795)	(437.795)	(437.795)
Amortização de mais valia de ativos fixos	(217)	(939)	-	(18.478)	-	-	-	-	-	-	(19.634)
Advindos de adquiridas	(6.878)	-	(3.791)	(2.537)	-	(2.437)	-	(103)	(15.746)	-	(15.746)
Depreciação	(35.620)	(83)	(10.696)	(20.033)	(1.618)	(4.195)	(921)	(5.339)	(78.505)	-	(78.505)
Baixas	3.740	-	366	8.268	928	2	-	6	13.310	-	13.310
Transferências	-	-	(98)	98	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(242.556)	(6.343)	(66.188)	(162.352)	(16.422)	(23.665)	(7.815)	(13.029)	(538.370)	(538.370)	(538.370)

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

(i) As empresas adquiridas em 2021, que estavam dentro do período de mensuração, conforme instrução do CPC 15 (R1)/IFRS 3, sofreram baixas em inventário de ativos imobilizados no montante líquido de R\$ 6.613 (R\$ 21.216 de custo e R\$ 14.603 de depreciação acumulada). Esses ajustes foram registrados na mensuração dos saldos iniciais, com impacto no patrimônio líquido das empresas adquiridas e na alocação do ágio das adquirentes, sem impacto no resultado e na demonstração dos fluxos de caixa do período, as demais baixas ocorridas no período são pulverizadas e ocorreram no fluxo normal de operação do Grupo. **d. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado:** O Grupo, considerando as disposições contidas no CPC 27/IAS 16, revisa anualmente, e se necessário, ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil e valores residuais dos bens do ativo imobilizado. **e. Provisão para redução no valor recuperável (impairment):** Os ativos do Grupo estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, o Grupo toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 (R1)/IAS 36, e efetua teste de *impairment* baseado na projeção de resultados pelo menos anualmente. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou fatores que indicassem a necessidade de uma nova avaliação. **f. Garantia:** Em 2023 e 2022, não há imobilizado dados em garantia de dívidas do Grupo.

19. Direito de uso em arrendamentos

Vida útil em anos (i)	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso	2 - 8	338.926
Amortização acumulada do direito de uso	(49.224)	(24.858)
Total	289.702	68.846

(i) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais o Grupo tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamentos observando as condições contratuais. O Grupo possui operações de arrendamentos para uso de

20. Intangível – a. Composição do saldo de intangível

Custo de aquisição	Vida útil	Amortização anual	Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022
Índefinida	-	-	66.970	66.970
Índefinida	-	-	1.867.666	1.627.681
Definida	De 6% a 55%	-	883.280	734.991
Definida/índefinida	De 3% a 100%	-	258.569	214.070
Definida	Até 20%	-	12.600	3.268
Definida	Até 20%	-	21.700	21.700
Índefinida	-	-	1.158	1.158
Total			3.111.943	2.669.838

20. Intangível – a. Composição do saldo de intangível

Índefinida

Índefinida

Definida

Definida

Definida

Definida

Definida

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço: As ações envolvendo risco de perda classificado pelo Grupo como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 924.804, sendo R\$ 391.713 tributários, R\$ 220.411 civis e R\$ 312.680 trabalhistas (R\$ 865.794 em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$ 389.270 tributários, R\$ 132.149 civis e R\$ 344.375 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item "(a) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas". Os principais processos de perda possível são: • Cível: Trata-se de pedido de instauração de arbitragem em face da Top Service Serviços e Sistemas S.A. e GPS Participações e Empreendimentos S.A., onde os requerentes pleiteiam o pagamento de ajuste de valor adicional em cerca de R\$ 75.386. O procedimento encontra-se em fase de formação, sendo que o último andamento foi a notificação com o protocolo de requerimento de instauração de arbitragem. O Grupo registrou a dívida de aquisição integralmente, de acordo com as cláusulas contratuais • Tributário: Execução Fiscal movida pelo Município do Rio de Janeiro, cujo objeto são supostos débitos de ISS do período de 03/2012 a 01/2017. Atualmente a Execução Fiscal está sobrestada, tendo em vista a apresentação de seguro garantia em sede de ação anulatória, a qual foi ajuizada objetivando a desconstituição do crédito tributário e aguarda julgamento em 1ª instância. O valor estimado da perda em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 25.661 (R\$ 17.936 em 31 de dezembro de 2022).

b. Tributos sub judice

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos municipais	-	-	11.550	10.130
Tributos federais (i)	-	1.305	405.586	364.307
Tributos estaduais	-	-	173	732
Riscos trabalhistas e previdenciários (ii)	-	-	75.958	70.920
Total	-	1.305	493.267	446.089

(i) Tributos federais sendo em sua totalidade advindos das empresas adquiridas. Tais saldos são constituídos para cobertura de riscos fiscais em determinadas práticas até o momento da aquisição e não provisionadas pela Administração anterior. Essas estão relacionadas, principalmente, a divergências nos débitos e créditos informados em obrigações acessórias perante a aplicação do regime cumulativo e não cumulativo para o PIS e a COFINS e também, inconsistências nos créditos informados em obrigações acessórias frente ao utilizado em compensações eletrônicas (PERD/COMP) para o IRPJ e a CSLL.; (ii) Riscos trabalhistas e previdenciários: tal provisão foi efetuada para cobertura de riscos trabalhistas advindos das empresas adquiridas por não aderência a alguns aspectos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tais riscos referem-se principalmente à compensação de INSS pagos indevidamente sobre verbas indenizatórias, com discussões ainda não pacificadas no judiciário e ausência de tributação de INSS sobre verbas variáveis. A movimentação dos tributos sub judice pode ser assim resumida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.305	1.371	446.089	396.226
Atualização monetária	65	-	43.433	30.054
Provisão riscos fiscais	-	-	10	775
Provisão advinda de adquirida - Comau (a)	-	-	18.167	Ormecc (iii)
Provisão advinda de adquirida - Force (a)	-	-	35.697	Evertical (iv)
Provisão advinda de adquirida - Ormecc (a)	-	-	4.956	Motus
Provisão advinda de adquirida - Predial	-	-	-	Comparr (v)
Axel (Sulzer) (a)	-	-	7.562	Maestro (vi)
Provisão advinda de adquirida - Evertical (a)	-	-	5.233	TLSV (vii)
Provisão advinda de adquirida - Motus (a)	-	-	5.408	Campseg
Provisão advinda de adquirida - Global	-	-	-	Trademark (viii)
Empregos (a)	-	-	25.403	Outras contas a pagar
Provisão advinda de adquirida - Engie (a)	-	-	42.532	-
Provisão advinda de adquirida - Comparr (a)	-	-	68.533	-
Provisão advinda de adquirida - Maestro (a)	-	-	8	-
Provisão advinda de adquirida - Campseg (a)	-	-	27.237	-
Provisão advinda de adquirida - Trademark (a)	-	-	34.564	-
Provisão advinda de adquirida - TLSV (a)	-	-	6.561	-
Reconciliação de saldo de adquiridas	-	-	-	(263)
Complemento de provisão	-	-	2.596	5.153
Reversão FAP adquiridas (b)	-	-	-	(10.339)
Reversão de atualização monetária (c)	(162)	(45.193)	(20.531)	-
Reversão de provisão (c)	(1.208)	(66)	(133.103)	(57.412)
Em 31 de dezembro	-	1.305	493.267	446.089

(a) Para mais detalhes, veja nota explicativa nº 3. (b) Refere-se a reversão de provisão efetuada por aquisição por possíveis questionamentos de adequação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) em determinados clientes. O Grupo, após o processo de estabilização operacional e integração, entende que este passa a não ser mais aplicável (uma vez que todos os contratos estão repactuados e dimensionados). (c) Refere-se a reversão do principal e atualização monetária dos tributos sub judice, cujo os prazos de prescrição de 5 anos já foram decorridos. **c. Depósitos judiciais:** Representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	88.900	87.989
Depósitos judiciais civil	5.785	39.601
Depósitos judiciais tributário	90.818	64.295
Total	185.503	191.885

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

	Consolidado	
	2023	2022
Em 1º de janeiro	191.885	136.702
Atualização monetária	13.467	13.502
Adições	44.423	34.628
Baixas	(67.331)	(19.855)
Advindo de aquisição de empresas	3.059	26.908
Em 31 de dezembro	185.503	191.885

d. Ativo indenizatório: O Grupo possui retenção de pagamentos como parcela contingente e ativo indenizável conforme posição pactuada e descrita nos contratos de compra e venda.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Grupo Graber	63.000	58.350
Alocação de ativo indenizatório (i)	96.076	77.633
Total	159.076	135.983

(i) A movimentação da alocação do ativo indenizatório pode ser assim resumida:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fortaleza	123	123
Graber	20.479	20.479
Onseg	930	930
Poliservice	535	535
RZF	1.693	(274)
Magnus	1.196	1.196
Proteg	220	220
Jam	4.571	(24)
Servis	6.729	178
Gol	1.709	1.709
BC2	505	(505)
Sunset	557	557
Luandre	1.849	(4)
Loghis	830	830
Rudder	30.000	1.946
Comau	-	11.614
Ormecc	-	4.956
Motus	-	32
Evertical	-	403
Global Empregos	-	6.370
Comparr	-	-
Campseg	-	-
Trademark	-	-
Total	71.926	25.499

(ii) Em 11 de março de 2022 foi efetuado o pagamento da multa pecuniária no montante de R\$ 18.985 e a extinção de todas as penalidades e proibições impostas em processo administrativo.

28. Aquisição de controladas – O Grupo por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Servtec	-	2.976
Proevi	-	1.301
Graber (i)	56.149	52.823

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
	JAM	529
Luandre	5.324	7.071
Sunset (ii)	45.182	43.985
Comau	25.102	33.515
Ormecc (iii)	47.626	52.013
Evertical (iv)	49.615	68.626
Motus	31.501	14.181
Comparr (v)	47.159	-
Maestro	886	-
Campseg	2.954	-
Trademark (vi)	80.932	-
Outros valores de aquisições	-	2.876
Total	392.959	281.085
Circulante	151.349	96.749
Não circulante	241.610	184.336

(i) Refere-se ao "preço retido" da contraprestação transferida na aquisição, inicialmente prevista para quitação em 3 parcelas, com vencimento para 20, 40 e 60 meses da data da combinação de negócios, 31 de maio de 2017. Considerando que as partes estão em negociação com relação as deduções de contingências materializadas e/ou indenizações do preço retido, estas parcelas deverão ser liquidadas até 31 de maio de 2025 conforme previsão em Contrato de Compra e Venda (CCV). Tais parcelas são corrigidas pela variação acumulada do CDI e serão ajustadas, subtraindo-se as eventuais perdas materializadas e/ou indenizações correspondentes às ocorrências descritas no CCV, na data da liquidação; (ii) O Grupo possui opção de compra dos 45% remanescentes do Grupo Sunset, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2023. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em 13 de maio de 2022, foi efetuado o pagamento do valor adicional (earnout) no montante de R\$ 15.835, calculado com base no EBITDA

apurado no período de 1º de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 45.182 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada; (iii) Refere-se ao "valor adicional" da contraprestação transferida na aquisição, que será calculada com base no EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, limitado a 12% da Receita Líquida desse período. Desse valor será acrescido ou subtraído a variação de Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes e do Capital de Giro, verificado entre o Balanço de Fechamento (31 de janeiro de 2022) e o balanço da Sociedade datado de 31 de dezembro de 2022; (iv) Refere-se ao valor adicional (earn-out), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2022, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022). O Grupo possui opção de compra dos 45% remanescentes do Grupo Evertical, que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2024. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em maio de 2023 foi efetuado o pagamento do valor adicional (Earn-out) no montante de R\$ 17.477, calculado com base no EBITDA apurado de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 49.615 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada. (v) Vide nota explicativa nº 3.9. (vi) Refere-se ao valor adicional (Earn-out) a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2024, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024). O Grupo possui opção de compra dos 30% remanescentes da Trademark Participações S.A., que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2025. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA.

a. Movimentação do passivo de aquisição de controladas

	31/12/2022	Registro de		Baixa de	Atualização		Ajustes	Atualização	Pagamento exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento preço de aquisição	Pagamentos de anos anteriores	31/12/2023
		aquisição	opção		earn-out	earn-out						
Servtec	2.976	-	-	(2.976)	-	-	-	-	-	-	-	-
Proevi	1.301	-	-	(1.314)	-	-	-	-	-	-	-	-
Graber	52.823	-	-	-	-	-	-	3.326	-	-	-	56.149
JAM	1.718	-	-	-	(171)	(558)	(189)	-	(271)	-	-	529
Luandre	7,071	-	-	-	(509)	(179)	1,274	-	(2,333)	-	-	5,324
Sunset	43,985	-	1,197	-	-	-	-	-	-	-	-	45,182
Única	-	-	-	-	12,652	(1,160)	3,029	-	(14,521)	-	-	-
Comau	33,515	-	-	-	(8,413)	-	-	-	-	-	-	25,102
Ormecc	52,013	-	-	-	(4,387)	-	-	-	-	-	-	47,626
Evertical	68,626	93	(980)	-	(5,366)	563	4,156	-	(17,477)	-	-	49,615
Motus	14,181	-	19,002	-	(1,897)	-	215	-	-	-	-	31,501
Comparr (i)	-	86,613	-	-	2,050	-	2,125	-	-	(41,129)	(2,500)	47,159
Maestro (i)	-	8,487	-	-	-	-	109	-	-	(7,710)	-	886
TLSV (i)	-	3,500	-	-	-	-	-	-	-	(3,500)	-	-
Campseg (i)	-	91,268	-	-	204	-	21	-	-	(88,539)	-	2,954
Trademark (i)	-	192,809	1,337	-	470	-	-	-	-	(114,635)	-	79,981
Outras contas a pagar	2,876	-	-	(2,915)	-	-	39	-	-	-	-	-
Total	281,085	382,770	20,556	(7,205)	(5,367)	(1,334)	14,118	(34,602)	(255,513)	(2,500)	392,008	

(i) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Na demonstração dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição. Para mais detalhes, veja nota explicativa nº 3.

	31/12/2021	Registro de		Baixa de	Atualização		Ajustes	Atualização	Pagamento exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição	Pagamento preço de aquisição	Pagamentos de anos anteriores	31/12/2022
		aquisição	opção		earn-out	earn-out						
Servtec	2,976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,976
Proevi	1,274	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	1,301
Sempre	1,050	-	-	-	-	-	(1,050)	-	-	-	-	-
Graber	51,842	-	-	-	-	-	981	-	-	-	-	52,823
JAM	19,393	-	3,696	-	(182)	400	122	-	(21,711)	-	-	1,718
Gol	3,916	-	46	-	-	(315)	144	-	(3,791)	-	-	-
BC2	7,203	-	-	(6,954)	(249)	-	-	-	-	-	-	-
Luandre	35,239	-	17,869	-	2,582	(53)	217	-	(48,783)	-	-	7,071
Sunset	31,334	-	20,657	-	8,251	(390)	(32)	-	(15,835)	-	-	43,985
Loghis	7,214	-	-	-	15,512	(2,724)	(320)	-	(19,682)	-	-	-
Única	12,652	-	-	-	(12,652)	-	-	-	-	-	-	-
Comau (ii)	-	136,935	-	-	2,117	-	-	-	-	-	(105,537)	33,515
Force (ii)	-	26,187	-	-	-	-	-	-	-	(26,187)	-	-
Ormecc (ii)	-	109,512	-	-	5,693	-	-	-	-	(63,192)	-	52,013
Sulzer (ii)	-	42,461	-	-	-	-	-	-	-	(42,461)	-	-
Evertical (ii)	-	97,793	3,277	-	5,367	-	-	-	-	(37,811)	-	68,626
Motus (ii)	-	28,195	352	-	2,308	-	-	-	-	(16,674)	-	14,181
Global Empregos (ii)	-	159,457	-	-	-	-	-	-	-	(159,457)	-	-
Outras contas a pagar	2,808	-	-	-	-	-	68	-	-	-	-	2,876
Total	176,901	600,540	45,897	(6,954)	28,747	(4,132)	1,207	(109,802)	(345,782)	(105,537)	281,085	

(ii) Refere-se ao valor total pago pela aquisição da empresa. Nas demonstrações dos fluxos de caixa, o valor é apresentado líquido do caixa obtido na aquisição.

29. Patrimônio líquido – A composição do capital social por número de ações pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Capital	Quantidade de ações	Capital
Início do exercício	669.708.835	1.707.276	667.490.790	1.673.850
Emissão de ações	2.461.432	30.891	2.218.045	33.426
Encerramento do exercício	672.170.267	1.738.167	669.708.835	1.707.276

a. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 1.738.167 (R\$ 1.707.2

... continuação

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

conforme nota explicativa nº 15.5, houve distribuição e pagamento de dividendos por determinadas controladas, que possuem participação acionária de terceiros, no valor de R\$ 1.400. d. Reservas de lucros: Conforme previsto em Estatuto, a reserva estatutária de investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros aos acionistas ou suas antecipações. e. Transações de capital: Transações de capital correspondem às transações com os sócios que não transitam pelo resultado da Controladora. Reflete os eventos que afetam as controladas e indiretamente a controladora por meio de transações de capital. A composição da mutação do exercício refere-se aos itens abaixo:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2023. Rows include Valor justo, Imposto de renda e contribuição social diferidos, and Total. Values range from 15.608 to 3.266.

A movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial pode ser assim resumida: Em 1º de janeiro, Em 31 de dezembro. Includes classification of assets and liabilities.

Dividendos pagos aos não controladores (i) (1,141) - Ajustes de combinações de negócios (906) - Total (906) - (i) Devido ao método de aquisição antecipada, os dividendos pagos aos acionistas não controladores são tratados como transação de capital. f. Ajustes de avaliação patrimonial: Ajustes de avaliação patrimonial incluem, principalmente, as variações líquidas do valor justo de contraprestação contingente de contratos de opções de compra e outras contraprestações contingentes, especificadas no contrato de compra e venda na data de aquisição, as quais são atualizadas a cada período

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Ativos consolidados, Ativos financeiros mensurados a valor justo, and Ativos consolidados. Values range from 2.189.337 to 2.817.753.

(i) Em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização. (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Passivos consolidados, Passivos financeiros mensurados a valor justo, and Passivos consolidados. Values range from 15.588 to 408.547.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Passivos consolidados, Passivos financeiros não avaliados a valor justo, and Passivos consolidados. Values range from 173.197 to 3.556.467.

(i) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Ativos consolidados, Ativos financeiros mensurados a valor justo, and Ativos consolidados. Values range from 2.606.874 to 2.617.077.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Ativos consolidados, Passivos financeiros mensurados a valor justo, and Passivos consolidados. Values range from 10.344 to 291.429.

(i) Em caixa e equivalentes de caixa o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todas as aplicações do Grupo possuem liquidez diária e, portanto, o saldo apresentado pelo banco é exatamente o saldo disponível para utilização. (ii) Em empréstimos a receber o valor justo é uma aproximação razoável do valor contábil uma vez que todos os contratos possuem prazo de recebimento e índice de correção efetuado mensalmente. (iii) Os contratos de swap foram designados à contabilidade de hedge.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Passivos consolidados, Passivos financeiros não avaliados a valor justo, and Passivos consolidados. Values range from 124.732 to 3.523.688.

Table with columns for Valor contábil and Valor justo. Rows include Passivos consolidados, Passivos financeiros não avaliados a valor justo, and Passivos consolidados. Values range from 124.732 to 3.523.688.

Nível 1 - O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado cotados na data do balanço patrimonial. Os ativos incluídos no Nível 1 compreendem principalmente os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Nível 2 - O valor justo de ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balanço) é determinado usando técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele será incluído no Nível 2. Nível 3-SE uma ou mais informações relevantes não forem baseadas em dados adotados pelo mercado, como investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3. b. Mensuração do valor justo: (i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa nº 8.7. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Table with columns for Tipo, Técnicas de Avaliação, Inputs significativos não observáveis, and Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo. Rows include Swap, Passivo de aquisições de controladas - Opções de compra, and Passivo de aquisições de controladas - earn-outs.

Table with columns for Taxa média ponderada, Saldo para perda bruta, and Provisão para perda estimada. Rows include A vencer, Vencido de 1-30 dias, Vencido de 31-60 dias, Vencido de 61-90 dias, Vencido de 91-180 dias, Vencido de 181-360 dias, Mais de 360 dias, Total. Values range from 0,84% to 1.045.598.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (veja (c)(ii)); • Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e • Risco de mercado (veja (c)(iv)). (i) Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. Contas a receber: A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 9. O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito do contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente. O Grupo não exige garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil do cliente mais relevante do Grupo (uma petroquímica) é de R\$ 137.562. Em 31 de dezembro de 2022 era R\$ 144.641 (uma petroquímica). Avaliação da perda esperada de crédito de clientes: a. Ativos financeiros contratuais: O Grupo utiliza a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para mensuração do valor recuperável do contas a receber de clientes pelas suas características de não conterem componentes significativos de financiamento, desta forma, o cálculo é baseado numa matriz de riscos para a mensuração da perda de crédito esperada com o contas a receber de clientes. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplimento até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em clientes em diferentes situações tais como aqueles que estão em recuperação judicial, ação judicial ou falência. Levamos em conta o rating, para clientes que divulgam tal informação, e percentuais mais conservadores para aqueles que não divulgam o rating. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Table with columns for Taxa média ponderada, Saldo para perda bruta, and Provisão para perda estimada. Rows include A vencer, Vencido de 1-30 dias, Vencido de 31-60 dias, Vencido de 61-90 dias, Vencido de 91-180 dias, Vencido de 181-360 dias, Mais de 360 dias, Total. Values range from 1,73% to 1.384.809.

Table with columns for Valor nocial and Consolidado. Rows include Proteção de dívida Ativos, (i) Resolução Bacen nº 4131, Subtotal, Passivos, (i) Resolução Bacen nº 4131, Subtotal, Total. Values range from 123.222 to 164.521.

As operações com swap efetuadas pelo Grupo visam à proteção dos empréstimos pactuados em moeda estrangeira quanto ao risco de flutuações cambiais e em taxas de juros internacionais, convertendo a totalidade da operação a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de juros entre 2% a 3% ao ano, seguindo assim critérios de gestão de riscos demonstrados no quadro abaixo:

Table with columns for Consolidado, Valor justo, and Consolidado. Rows include Operações líquidas com swap - Ativo, Operações líquidas com swap - Passivo, Total, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total. Values range from 10.203 to 15.588.

Os montantes registrados no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2023 apresentam os seguintes cronogramas de liquidações até 2026:

Table with columns for Valor justo and Consolidado. Rows include Operações líquidas com swap - Ativo, Operações líquidas com swap - Passivo, Total, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total. Values range from 10.203 to 15.588.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12 /03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.			
	Lucro líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias		Lucro por ação
Data base	Média ponderada de ações		
31/12/2023	642.510	671.664.493	0,96
31/12/2022	516.683	669.052.537	0,77

35. Arrendamentos operacionais – a. Arrendamentos como arrendatário: O Grupo arrenda uma série de veículos e máquinas para operação, alocadas em contrato, sob arrendamentos operacionais. Esses contratos de arrendamentos operacionais não transferem riscos e recompensas ao usuário dos ativos e foram excluídos da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. **(i) Pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos:** Em 31 de dezembro de 2023, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Menos de um ano	266.023	456.090
Entre um e cinco anos	456.090	722.113
Total	722.113	722.113

36. Transações que não afetam o caixa – A seguir, relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado líquido sobre hedge	541	1.833	541	1.833
Ajuste ao valor justo de call options de aquisições (i)	20.556	45.897	20.556	45.897
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	152.596	122.712	152.596	122.712
Constituição de dividendos adicionais propostos	62.499	-	62.499	-
Dividendos desproporcionais nas controladas – transação de capital na Controladora	2.015	1.400	-	-
Passivo financeiro por aquisição de controlada	-	-	130.594	168.335
Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório	-	-	4.650	15.676
Compensações de parcelamentos tributários	-	-	-	1.234
Ajuste de inventário de ativo imobilizado de empresas adquiridas	-	-	-	6.613
(i) Veja notas explicativas nº 28 (a) e 29 (f).				

37. Eventos subsequentes – (a) Aquisição de controladas: Lyon: Em 15 de janeiro de 2024, ocorreu a conclusão de aquisição de 60% das quotas da sociedade Lyon Engenharia Comercial Ltda. (Lyon), pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., com pagamento da parcela de fechamento no montante de R\$ 51.884, que somada ao pagamento do sinal, em 20 de outubro de 2023, no montante de R\$ 2.988, totaliza R\$ 54.872 como preço pago pela aquisição. A Lyon presta serviços de gestão de recursos humanos para apoio administrativo e técnico, entre os quais engenharia de projetos, gerenciamento de implantações e fiscalização e inspeção de obras, com forte atuação em Minas Gerais, Maranhão e Pará. A tomada de controle ocorrerá a partir de 1º de fevereiro de 2024. Cabe destacar que ainda não é possível determinar o valor justo da contraprestação transferida bem como, dos ativos líquidos e goodwill pois, devido à recente obtenção de controle, a administração não possui todos os elementos suficientes para respectiva identificação e mensuração. **Control:** Em 18 de janeiro de 2024, ocorreu a conclusão de aquisição de 60% das quotas da sociedade Control Construções S.A. (Control), pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., com pagamento da parcela de fechamento no montante de R\$ 44.388, que somada ao pagamento do sinal, em 30 de outubro de 2023, no montante de R\$ 1.000, totaliza R\$ 45.388 como preço pago pela aquisição. A Control presta serviços de construção de redes de distribuição de energia elétrica, manutenção preventiva e corretiva de rede energizada, substituição de transformadores, realização de leitura de medidores de energia, inspeção de unidade consumidoras de energia e poda de árvores, com presença em 7 estados e forte atuação em Alagoas, Goiás, Paraíba e Minas Gerais. A tomada de controle ocorrerá a partir de 1º de fevereiro de 2024. Cabe destacar que ainda não é possível determinar o valor justo da contraprestação transferida bem como, dos ativos líquidos e goodwill pois, devido à recente obtenção de controle, a administração não possui todos os elementos suficientes para respectiva identificação e mensuração. **Marfood:** Em 1º de fevereiro de 2024, ocorreu a conclusão de aquisição de 100% das quotas da Marfood Comércio e Serviços de Hotelaria Ltda. (Marfood), pela controlada direta Top Service Serviços e Sistemas S.A., com pagamento da parcela de fechamento no montante de R\$ 85.633, que somada ao pagamento do sinal, em 24 de novembro de 2023, no montante de R\$ 4.000, totaliza R\$ 89.633 como preço pago pela aquisição. A Marfood presta serviços de fornecimento de refeições e hotelaria marítima, com forte atuação no Rio de Janeiro. A tomada de controle ocorrerá a partir de 1º de fevereiro de 2024. Cabe destacar que ainda não é possível determinar o valor justo da contraprestação transferida bem como, dos ativos líquidos e goodwill pois, devido à recente obtenção de controle, a administração não possui todos os elementos suficientes para respectiva identificação e mensuração. **Invictus:** Em 9 de fevereiro de 2024, ocorreu a conclusão de aquisição de 100% das quotas das sociedades Invictus Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. e Invictus Segurança Ltda. (conjuntamente "Grupo Invictus"), pela controlada indireta Graber Sistemas de Segurança Ltda., com pagamento da parcela de fechamento no montante de R\$ 2.946 que somada ao pagamento do sinal, em 27 de outubro de 2023, no montante de R\$ 275, totaliza R\$ 3.221 como preço pago pela aquisição. A Invictus presta serviços de segurança privada, fiscalização, recepção e portaria, com forte atuação no Pará e Amapá. A tomada de controle ocorrerá a partir de 1º de fevereiro de 2024. Cabe destacar que ainda não é possível determinar o valor justo da contraprestação transferida bem como, dos ativos líquidos e goodwill pois, devido à recente obtenção de controle, a administração não possui todos os elementos suficientes para respectiva identificação e mensuração.

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 5 de março de 2024, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria

Luis Carlos Martinez Romero – Presidente **Guilherme Nascimento Robortella** – Diretor Financeiro **Anderson Nunes da Silva** – Controller – CRC 1SP 232.030/O-9

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da GPS Participações e Empreendimentos S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício aprovados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício em reuniões com a administração, auditores externos e Comitê de Auditoria e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes Ltda., opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

São Paulo, 11 de março de 2024.

Livia Xavier de Mello – Titular **Helena Turola de Araujo Penna** – Titular **Edson Neves de Souza** – Titular

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GPS Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios:** Veja Notas Explicativas nº 3 e 8.1(a) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia, por meio de determinadas controladas, adquiriu participações societárias que resultou na obtenção do controle de diversas entidades atuantes nos variados segmentos operacionais do Grupo. Na contabilização inicial dessas combinações de negócios, o Grupo, com o apoio de consultorias especializadas contratadas, aplicou diversos julgamentos, estimativas e premissas significativas para determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos naquelas transações, tais como: (i) Contraprestação transferida: preponderantemente preço de aquisição e passivos financeiros representados por opções de compra de participações societárias remanescentes, além de contraprestações contingentes, cujas premissas consistem na probabilidade de eventos futuros; (ii) Ativos adquiridos: preponderantemente carteiras de clientes e marcas, cujas premissas consistem na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes e valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo; e (iii) Passivos assumidos: Em sua maioria passivos contingentes oriundos de processos judiciais, cujas principais premissas consistem na probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Diante das incertezas relacionadas as premissas e estimativas destacadas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação da determinação dos valores justos das contraprestações transferidas, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios; – Inspeção e leitura dos documentos que formalizaram as combinações de negócios; – Para todas as combinações de negócios consideradas relevantes realizamos avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e estimativas utilizadas na determinação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e da contraprestação transferida vinculada à metas futuras a serem atingidas pelas entidades adquiridas; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos valores justos dos ativos identificáveis adquiridos em combinações de negócios. Os ajustes imateriais que impactavam apenas reclassificação entre as linhas dos ativos identificáveis adquiridos e do ágio foram registrados e divulgados. Com base nas evidências obtidas, por meio do conjunto de procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável a determinação dos valores justos da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em combinações de negócios, bem como as divulgações correspondentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura:** Veja Notas Explicativas nº 8.7 e 20(d) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia, por meio de determinadas controladas, mantém em seu balanço patrimonial valores relevantes de ágio por expectativa de rentabilidade futura apurados em combinações de negócios que devem ser testados com relação à redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano, conforme norma contábil em vigor. A determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve estimativas e premissas significativas, tais como: (i) a margem LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e a respectiva taxa de crescimento anual; (ii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WACC); (iii) crescimento médio da receita líquida; e (iv) capital de giro em relação a parcela correspondente da receita líquida. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como em suas divulgações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação da competência, habilidade e objetividade dos especialistas contratados pelo Grupo para assessorá-lo na avaliação anual da recuperabilidade dos ativos; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais estimativas e premissas utilizadas para projeção dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como: margem LAJIDA e a respectiva taxa de crescimento anual; taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital; crescimento médio da receita líquida; capital de giro, e consequente recálculo dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, determinados pela Companhia e suas controladas; – Comparação do valor contábil líquido (carrying amount) com o valor em uso para todas as unidades geradoras de caixa; – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor em uso das unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável

– pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. - Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda **Marcos A. Boscolo**
CRC 2SP 014.428/O-6 Contador
CRC 1SP 198.789/O-0



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/03/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Champs Elyseés Participações S/A

CNPJ/MF nº 15.530.292/0001-41

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Champs Elyseés Participações S/A**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na Capitão Antonio Rosa, 376 – 11º andar, bairro Pinheiros, na cidade e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, às 10:00 horas do dia 25 de março de 2024, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** alteração da sede social da sociedade para Rua Capitão Antonio Rosa, nº 376 – 11º andar, bairro Pinheiros, CEP 01443-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e **b)** Eleição dos Membros da Diretoria da Companhia para mandato estatutário de 2 (dois) anos e fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de 19 de março de 2024 a 19 de março de 2026. São Paulo, 08 de março de 2024. Acionista/usufrutuário **José Pessoa de Queiroz Bisneto**. (09, 12 e 14/03/2024)

Attend Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20 – NIRE 35.300.386.116

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Attend Ambiental S.A.

Ficam convocados os Debenturistas titulares da 1ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional de emissão da Attend Ambiental S.A. ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, Com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, celebrado no dia 23 de setembro de 2019 ("Escritura de Emissão"), a participarem Assembleia Geral de Debenturistas que será realizada às **11:00 horas do dia 19 de março de 2024**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma **"Google Meet"**, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme artigo 71 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Autorizar o resgate antecipado ("Resgate Antecipado") da totalidade das 3.450 (três mil, quatrocentas e cinquenta) debêntures da 1ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional ("Debentures"), de emissão da Companhia, a ser realizado até o dia 30 de abril de 2024, calculado nos termos da cláusula 7.2.3, "a" da Escritura de Emissão, sendo necessário notificar o Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e B3 com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data pretendida para o resgate. **Informações Gerais:** 1. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. 2. Nos termos da Escritura de Emissão, a (i) instalação da AGD objeto deste Edital ocorrerá apenas se houver a presença de titulares que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debentures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer quórum; e (ii) as decisões da AGD objeto deste Edital estão sujeitas a aprovação por Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debentures em Circulação, em primeira convocação, e pela maioria simples dos Debenturistas presentes, em segunda convocação. 3. A Assembleia será realizada exclusivamente por video conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link (meet.google.com/new-nygi-jvb) de acesso à reunião será disponibilizado por **correio eletrônico** aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que **enviarem solicitação por correio eletrônico para regiane.oliveira@attendambiental.com.br, agente.fiduciario@vortex.com.br com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link (meet.google.com/new-nygi-jvb) de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Companhia e ao Agente Fiduciário, de forma que a Companhia e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via D4sign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via D4sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Companhia ou pelo Agente Fiduciário. 4. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) **Se participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e autografada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) **Se demais participantes:** cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e autografada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. 5. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Emissora, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, com o seguinte assunto "AGD – 1ª Emissão de Debêntures da Attend". A instrução de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu procurador, conforme aplicável, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115 § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. 6. Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do Debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura através de plataforma digital, podendo ser encaminhada até o horário de início da Assembleia, juntamente com os documentos listados no item "i" acima, aos cuidados da Companhia, por **correio eletrônico para regiane.oliveira@attendambiental.com.br e agente.fiduciario@vortex.com.br com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**. 7. Caso o Debenturista participe da Assembleia por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. O modelo de instrução de voto para preenchimento e envio pelos Debenturistas, bem como a cópia da Escritura de Emissão estão disponíveis para consulta, na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da do Agente Fiduciário. 8. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. São Paulo, 08 de março de 2024. **Attend Ambiental S.A.** Ricardo Pelucio – Presidente; Sônia Regina Rodrigues – Diretora Vice-Presidente. (11, 12 e 13/03/2024)

Cooperativa de Geração Compartilhada – Compartsol

CNPJ/MF nº 28.470.676/0001-68

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Na qualidade de Diretor Presidente, sirvo-me da presente para convocar V.Sas. para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no próximo dia 30 de março de 2024 (sábado), na Rua Joaquim Floriano, 871, cj. 43, São Paulo-SP: I. às 10:00, contando com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) do número de associados, em condição de votar em primeira convocação; II. às 10:15, contando com a presença de pelo menos metade mais um do número de associados, com direito a voto em segunda convocação; III. às 10:30, contando com 10 (dez) ou mais associados em condições de votar, em terceira e última convocação para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Temas relativos à Assembleia Geral Ordinária: a) Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: • Relatório de gestão; • Balanços dos dois semestres do correspondente exercício; • Demonstrativo das sobras ou perdas; b) Destinação das sobras ou rateio das perdas; c) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, que tomará posse em 3 de julho de 2024; d) Fixação do valor de remuneração dos membros da Diretoria, bem como das cédulas de presença dos membros dos Conselhos. Temas relativos à Assembleia Geral Extraordinária: a) Alteração da sede da cooperativa para o endereço Rua Iaiá, 150, cj. 61, CEP 04542-060, Itaim Bibi, São Paulo-SP; b) Aprovação da consolidação do Estatuto Social. Observações: O número de associados existentes em condições de votar na data de sua expedição, para efeito de cálculo do quórum de instalação, é de 793 cooperados. Cordialmente, Alexandre Simonato Bueno – Diretor Presidente. 18 de março de 2024.

GIP Medicina Diagnóstica S.A.

CNPJ nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35.300.474.511

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **GIP Medicina Diagnóstica S.A.**, sociedade por ações, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 188, Paraíso, CEP 04006-050, inscrita no CNPJ sob o nº 43.721.026/0001-31 e com seu Estatuto Social devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.474.511 ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **25 de março de 2024, às 13h00**, em formato híbrido (semipresencial), sendo facultado aos acionistas a participação através da plataforma **Microsoft Teams**, cujos dados e instruções serão enviados até o dia 21 de março de 2024, ou presencialmente na sede da Companhia, a fim de discutir, examinar e deliberar sobre os termos e condições para realização de um empréstimo por determinados acionistas à Companhia, nos termos da cláusula 5.1.1 (vi) do Acordo de Acionistas e artigo 23, inciso (vi) do Estatuto Social da Companhia. Os termos e condições detalhados da operação proposta encontram-se no material de suporte enviado aos Acionistas conjuntamente com o presente Edital de Convocação. Caso o quórum de instalação em primeira convocação não seja atingido, ficam convocados os acionistas da Companhia a comparecer na Assembleia Geral Extraordinária, em segunda convocação, a realizar-se no dia **1 de abril de 2024, às 13h00**, em formato híbrido (semipresencial), sendo facultada a participação através da plataforma **Microsoft Teams**, cujos dados e instruções serão enviados até o dia 28 de março de 2024, ou presencialmente na sede da Companhia, nos termos da cláusula 5.4 do Acordo de Acionistas e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia. Todos os documentos de suporte foram encaminhados diretamente aos acionistas e estão disponíveis na sede da Companhia. São Paulo, 8 de março de 2024. **Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, Acionista da Companhia. (09, 12 e 13/03/2024)

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/ME nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Aviso aos Acionistas – Início do Prazo Para Exercício do Direito de Preferência

Athena Healthcare Holding S.A. ("Companhia") vem informar a seus acionistas que a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em conclave realizada em 08 de março de 2024, às 15:00 horas ("AGE"), deliberou pelo aumento do capital social da Companhia, no montante de, no mínimo, R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de, no mínimo, 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e, no máximo, R\$ 65.005.916,00 (sessenta e cinco milhões, cinco mil, novecentos e dezesseis reais), mediante a emissão de, no máximo, 65.005.916 (sessenta e cinco milhões, cinco mil, novecentos e dezesseis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, valor este estabelecido, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, em observância aos critérios previstos no art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") ("Aumento de Capital"). Tendo em vista o Aumento de Capital, comunicamos, pelo presente, as regras do exercício do direito de preferência e rateio de eventuais sobras de ações não subscritas entre os acionistas: 1. **Data-Base do Direito de Preferência.** Os acionistas farão jus ao direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas no âmbito do Aumento de Capital na proporção das ações de sua titularidade no dia 08 de março de 2024 ("Data de Corte"). 2. **Direito de Subscrição por Ação.** Cada ação ordinária já existente e de titularidade do acionista dará ao seu titular o direito de subscrever até 0,02822120 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3. **Frações de Ações.** As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito à subscrição das eventuais sobras ou, se for o caso, do rateio das ações serão desconsideradas para fins do Aumento de Capital. 4. **Cálculo da Quantidade de Ações.** Para calcular a quantidade de ações que poderá subscrever, o acionista deverá multiplicar o número de ações ordinárias de sua titularidade na Data de Corte pelo respectivo fator previsto no item 2 acima. Considerando que, consoante o item 3 acima, as frações de ação serão desconsideradas, o resultado da multiplicação não será arredondado e eventuais valores não inteiros (números depois da vírgula) serão cancelados. 5. **Exercício Parcial do Direito de Preferência.** O acionista poderá exercer a totalidade ou parte do direito de preferência na subscrição das novas ações no âmbito do Aumento de Capital, a seu exclusivo critério. 6. **Prazo para Exercício do Direito de Preferência.** O direito de preferência para subscrição de novas ações deverá ser exercido entre o dia 13 de março de 2024, inclusive, e o dia 11 de abril de 2024, inclusive ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"). 7. **Cessão do Direito de Preferência.** Os direitos de subscrição poderão ser cedidos pelos acionistas em favor de outros acionistas, na forma do art. 171, § 6º, da Lei das S.A., desde que dentro do Prazo de Exercício do Direito de Preferência. 8. **Assinatura do Boletim de Subscrição.** O exercício do direito de preferência se dará por meio da assinatura, pelos acionistas interessados, de 2 (duas) vias de boletim de subscrição, sendo admitida assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, cujo modelo está à disposição na sede da Companhia e será disponibilizado por meio de correio eletrônico aos acionistas da Companhia ("Boletim de Subscrição"). 8.1. O Boletim de Subscrição conterá, entre outros, (a) o número total de ações ordinárias detidas pelo acionista; (b) o preço de emissão por ação da Companhia emitida no Aumento de Capital; (c) a quantidade total de ações ordinárias a serem subscritas pelo acionista; (d) o preço total a ser pago pelo acionista pela integralização das ações subscritas; (e) os dados da conta corrente da Companhia para integralização das ações subscritas; e (f) se o acionista deseja participar de eventual rateio de sobras de ações não subscritas no Aumento de Capital, bem como a quantidade máxima de sobras e o preço de subscrição máximo correspondente à subscrição e integralização de referidas sobras pelo acionista subscritor. 9. **Entrega do Boletim de Subscrição.** O Boletim de Subscrição deverá, até o final do Prazo do Exercício do Direito de Preferência, ser apresentado, devidamente preenchido e assinado, em 2 (duas) vias, na sede da Companhia, junto do documento de identificação pessoal do acionista e/ou os respectivos documentos de representação (i.e. Estatuto ou Contrato Social e cópia da procuração e documento pessoal do procurador, conforme aplicável), em caso de acionista pessoa jurídica. 9.1. O acionista que não puder comparecer pessoalmente poderá delegar a entrega do Boletim de Subscrição na sede da Companhia a terceiro, ou poderá enviar por correio eletrônico para o seguinte e-mail: ri@athenasaude.com.br, desde que a assinatura do Boletim de Subscrição correspondente esteja com firma reconhecida ou com a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. 9.2. O Boletim de Subscrição poderá ser assinado por procurador, devidamente constituído, desde que a procuração contenha poderes expressos e especiais para firmar o Boletim de Subscrição e representar o subscritor perante a Companhia e contenha reconhecimento da assinatura do acionista ou com a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. 9.3. A segunda via do Boletim de Subscrição, assinado pelo representante da Companhia será entregue aos acionistas que exercerem o Direito de Preferência, servindo como evidência do exercício do seu Direito de Preferência. 9.4. Nenhum Boletim de Subscrição será recebido depois do Prazo do Exercício do Direito de Preferência. Os direitos de preferência que não forem exercidos no Prazo do Exercício do Direito de Preferência ficarão caducos e serão extintos, e as ações que não forem subscritas e integralizadas pelos acionistas subscritores até o término do Prazo do Exercício do Direito de Preferência não serão consideradas validamente emitidas. 10. **Integralização das Ações.** A integralização das ações subscritas deverá ser realizada em moeda corrente nacional, na data da subscrição das ações pelos acionistas, por meio de depósito bancário realizado pelo subscritor na conta corrente da Companhia perante o Banco Itaú, Agência nº 0910, Conta nº 12177-1 ou, alternativamente, mediante o aproveitamento de créditos detidos pelo acionista subscritor contra a Companhia. 11. **Subscrição de Sobras de Ações.** Os acionistas subscritores, nos termos do art. 171, § 7º, "b", e § 8º da Lei das S.A., somente poderão subscrever sobras na mesma proporção dos direitos de preferência à subscrição de ações que efetiva e tempestivamente houver exercido. O número de sobras a ser alocado a cada subscritor nelas interessado será determinado com base na fórmula constante do item 4 do Boletim de Subscrição. 11.1. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscrever seja igual ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao Subscritor o exato número de sobras solicitadas pelo subscritor. 11.2. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscrever seja superior ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao subscritor o exato número de sobras a que tenha direito, e o subscritor participará do rateio de eventuais sobras não subscritas, nos termos do item 11.4 abaixo. 11.3. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscrever seja inferior ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao Subscritor o exato número de sobras solicitadas no momento da subscrição e as sobras remanescentes serão rateadas nos termos do item 11.4 abaixo. 11.4. Caso existam sobras não subscritas e pedidos de sobras que não foram atendidos conforme acima, será realizado rateio proporcional das sobras remanescentes, sendo certo que a proporção de sobras remanescentes que tocar a cada subscritor será determinada com base na fórmula constante do item 4.4 do Boletim de Subscrição. 12. **Subscrição das Sobras.** O subscritor que manifestar intenção firme de subscrever sobras terá o prazo de 2 (dois) dias úteis contados da publicação de aviso aos acionistas comunicando a quantidade de ações subscritas, o número de sobras e a quantidade de sobras atribuídas ao subscritor para subscrever as sobras de ações a ele alocadas, devendo, até o final desse prazo, entregar o Boletim de Subscrição das sobras de ações por ele subscritas devidamente assinado, devendo as sobras de ações por ele subscritas serem integralizadas na data de subscrição das referidas sobras. A administração da Companhia permanecerá à disposição, durante todo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, para fins de orientar os acionistas a preencher o Boletim de Subscrição. São Paulo, 12 de março de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta
 Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 a ser realizada em 11 de abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.350.120 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 09.229.201/0001-30, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02571-2 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2024, às 10hs ("AGOE"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes e o parecer do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de reserva estatutária no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem a emissão de novas ações; e (ii) alteração da redação do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia. **Instruções e Informações Gerais:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGOE ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (ri.gpsa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br).** Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço marita.bernhoeff@gpsa.com.br, até às 10 horas do dia 9 de abril de 2024, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital, somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (iii) preencher o boletim de voto à distância disponível nos endereços indicados abaixo ("**Boletim de Voto**") e enviá-lo diretamente à Companhia; ou (iv) cadastrar o Boletim de Voto diretamente no endereço eletrônico (https://assembleia.ten.com.br/011191911), conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (ri.gpsa.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE. São Paulo, 12 de março de 2024. **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/03/2024)

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF 61.157.723/0001-93 - NIRE 35300041330 - Aviso
 Achar-se à disposição dos senhores acionistas, na
 sede, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala
 A, em São Paulo/SP, os documentos a que se refere
 o artigo 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício
 social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 11/03/2024.
Ivan Soldan Salema Diretor. (12, 13 e 14/03/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
 certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2
 de 24/08/2001 Confira ao
 lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12 /03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

